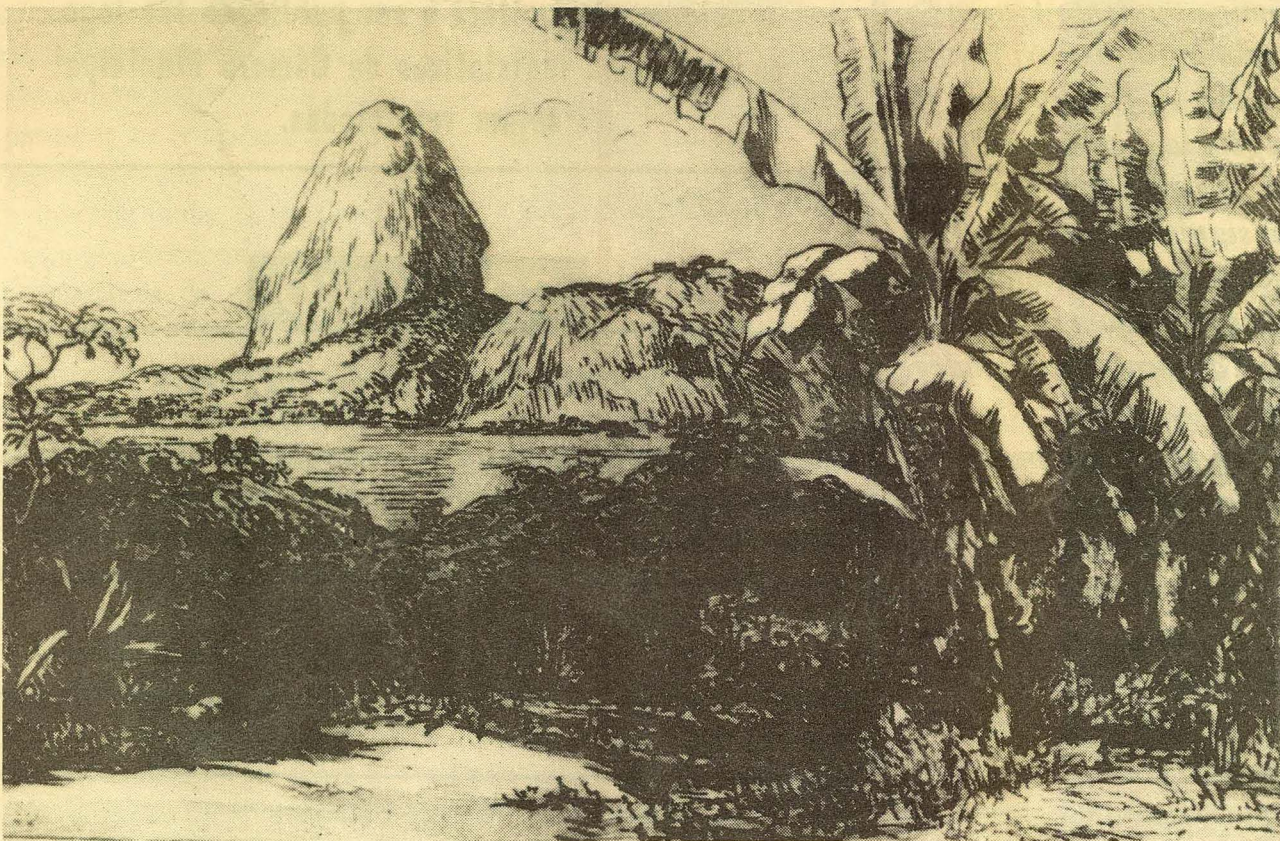


Jornal dos Economistas RJ

Nº 106 • Fevereiro 1998

Impactos da nova safra de investimentos no Brasil

Antônio Barros de Castro adverte: o debate sobre o volume de investimentos em fase de implantação no país está obscurecendo um outro debate mais importante, sobre a qualidade desses investimentos. Muitos deles poderão agravar as restrições macroeconômicas ao crescimento, alimentando um círculo vicioso. Páginas 10 a 13.



PÃO DE AÇUCAR, DE HANS STEINER

8 de março
Salve o dia internacional
da mulher

Artigo: Emprego e flexibilização dos contratos de trabalho, por Marcio Pochmann
Páginas 3 e 4

Seminário Internacional de Economias Latino-Americanas
Página 5

Artigo: Orçamento do Rio, o enigma desfeito, por Luiz Mario Behnken e Camilla Borges Sampaio
Páginas 6 e 7

Artigo: O papel das empresas na inovação, por Lia Hasenclever
Páginas 8 e 9

Artigo: Ataques especulativos e o Real, por Luiz Fernando R. de Paula e Antônio José Alves Júnior
Páginas 14 e 15

Nos últimos anos, as entidades dos economistas do Rio de Janeiro vêm empreendendo um esforço no sentido de desenvolver programas e serviços voltados para estimular a difusão de atividades ligadas à capacitação e ao acesso a informações quer acadêmicas e de pesquisa básica, quer de relevância para o mercado de trabalho do economista. Estimular a liberdade, a iniciativa e a criatividade, planejar e implementar tarefas do interesse do estudante e do profissional em economia representa um estimulante e dinâmico processo de inovação e incorporação de prioridades para quem dirige nossas entidades.

Nesse sentido, quatro projetos ganham forma final neste mês de março/98:

1 – Perfil dos Economistas – realizada entre 96/97, a pesquisa foi editada e começa a ser distribuída a diversas universidades, empresas, centros de pesquisas, etc., com o propósito de divulgar informações atualizadas sobre nossa profissão.

2 – Guia de Consultores em Economia – em fase final de edição, tem o objetivo de apresentar as empresas que desenvolveram atividades de consultoria e ou assessoria

econômica. Será endereçado às empresas privadas e estatais, ong's, centros de pesquisa, dentre outros.

3 – Anais do II Simpósio do Ensino de Economia – também em fase final de edição, representa um importante documento sobre a trajetória de formação do economista, ao tratar esta complexa teia de disciplinas que compõem hoje um curso de economia. O livro será destinado aos departamentos de economia e entidades ligadas ao ensino.

4 – Prêmio de Monografia – uma vez mais o Corecon-RJ edita as monografias de final de curso de graduação e, pelo menos, três razões justificam nossa satisfação: a tradição do prêmio, o aumento do número de monografias enviadas e qualidade e, finalmente, a abrangência dos temas abordados. Trata-se, com certeza, de um significativo incentivo intelectual ao profissional que se forma e um bom indicador do nível dos trabalhos acadêmicos.

Dessa forma, esperamos estar contribuindo para o permanente aperfeiçoamento do ensino e para a inserção do mercado de trabalho do nosso complexo campo de atividade.

GUIA DE CONSULTORES

Como anunciamos na edição anterior, estamos cadastrando economistas que atuam nas áreas de consultoria, perícia e auditoria, com o objetivo de publicarmos um Guia de Economistas Consultores. Para se cadastrar basta ter registro no Conselho, estar em dia com as anuidades e preencher uma ficha em nossa sede. É bom ressaltar que a publicação dará prioridade aos profissionais que estejam, efetivamente, atuando nas áreas citadas. Para mais informações e detalhes sobre o preenchimento do formulário, procure a Secretaria de Registro e Fiscalização do Corecon.

FIQUE POR DENTRO

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS
– O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de março/98.

COLUNA Municipal

Em virtude do recesso parlamentar não apresentamos a coluna, que voltará a ser publicada tão logo as atividades legislativas da Câmara Municipal sejam reiniciadas.

CONVÊNIO

CORECON-RJ / MNBA

Em continuidade ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicação de gravuras do seu acervo e de artistas representativos da cultura brasileira, o *Jornal dos Economistas* reproduz na capa uma obra de Hans Steiner, gravador austríaco (Viena, 1930) que fixou residência no Rio de Janeiro.

Nota técnica (capa): *Pão de Açúcar*, 1952, água-forte com área impressa de 10,3 x 31,2 cm.

CORECON – Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - Cep 20054 - Tel. (021) 224-0578
- Fax 221-0958 - e-mail coreconrj@ax.apc.org

Presidente: Adhemar dos Santos Mineiro • Vice-Presidente: Reinaldo Gonçalves • Conselheiros Efetivos: Ronaldo Raemy Rangel, José Roberto Soeiro, Hélio Portocarrero, Maria José Cyhlar Monteiro, Adhemar dos Santos Mineiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira • Conselheiros Suplentes: Nelson Chalfun Homsy, Renato Luiz Mello de Oliveira, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Luiz Mário Behnken, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares • Delegacia Regional de Campos: Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49 - Tel. (0247) 238333

SINDECON - Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro
Rua Treze de Maio, 23 - Grupo 1608 - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20031-000 - Tel.: (021) 262-2535 - Fax: 533-7891 - e-mail: sindecon@embratel.net.br

IERJ - Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco, 109, 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20054-900 - Tels.: (021) 224-0578 e 509-1077
e-mail: ierj@ax.apc.org

JORNAL DOSECONOMISTAS
ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON – IERJ – SINDECON/RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias
Conselho Editorial: Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira

Ilustração da capa: *Pão de Açúcar*, lineogravura gentilmente cedida pelo Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) e reproduzida por João Diaz.
Editoração Eletrônica: Kátia Regina Fonseca – Telefax (021) 508-7367
Fotolito e Impressão: Tipológica Tel. (021) 509-3366

Edição: Conselho Regional de Economia-RJ
Jornalista Responsável: Beatriz Bonfim (MT 11916)
Projeto Gráfico da Capa: Dinho

Tiragem: 20.000 exemplares
Periodicidade: Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das Entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

Emprego e flexibilização dos contratos de trabalho

Marcio Pochmann*

Predomina hoje no Brasil o enfoque analítico que associa a determinação do emprego ao ajuste do mercado de trabalho. Essa abordagem privilegia os problemas existentes na oferta da mão-de-obra (abundante e com qualificação profissional inadequada às novas formas de produção), na demanda por essa mesma mão-de-obra (decrecente, por causa das novas tecnologias) e na regulação do trabalho (tornada rígida pela legislação que define o uso e a remuneração da mão-de-obra). As comparações que destacam as virtudes do modelo norte-americano (mercado de trabalho flexível, baixo desemprego e menor salário) frente ao europeu (mercado de trabalho menos flexível, alto desemprego e maior salário) parecem ser feitas justamente com essa finalidade.

Ao invés de ajudar, tais análises provocam grandes confusões entre efeitos e causas da escassez de emprego no Brasil. Essa nuvem de fumaça que polui o debate já foi destacada por Keynes, que deslocou do mercado de trabalho para o nível de atividade econômica as causas principais do desemprego. O próprio Marx já havia chamado a atenção para a subordinação do mercado de trabalho à acumulação capitalista. Ao criar e destruir oportunidades de emprego, esse processo afeta substancialmente tanto a demanda quanto a oferta de trabalho, que não podem ser consideradas forças independentes, cujo simples ajuste permitiria solucionar o desemprego.

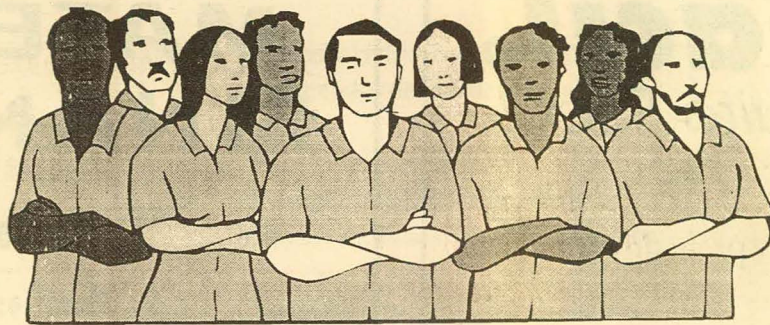
Os dados recentes sobre a situação do emprego no Brasil não parecem deixar dúvidas. Desde a recessão do início dos anos 80, que interrompeu o longo ciclo de industrialização nacional (1933-80), a dinâmica do emprego vem sendo alte-

rada. A ausência de crescimento econômico sustentado tornou pendular o desempenho da economia brasileira, que permanece marcando passo no mesmo lugar, alternando aumento e diminuição no uso da capacidade produtiva instalada. Essa situação de *stop and go*, aliada à ausência de grandes investimentos, teve efeitos negativos sobre o comportamento do emprego na década de 1980.

Nos anos 90, o comportamento do emprego não tem sido melhor,

dizer, do uso clandestino, não legalizado, de trabalhadores.

Mais recentemente (1993-97), a recuperação do nível de atividade não foi acompanhada pela geração de empregos regulares. O volume de emprego formal permaneceu em 1997 praticamente o mesmo de 1993. Diante disso, o governo tem apostado na formação e qualificação profissional, na redução do custo da mão-de-obra e na flexibilização dos contratos de trabalho como formas de enfrentar o desemprego.



"A adoção do contrato temporário pode reduzir o custo do trabalho em 9,13%, com corte de 14,04% nos encargos sociais e 7,9% nos rendimentos dos trabalhadores. Isso equivale à diminuição de 1,83% no custo total do setor industrial. Parece ilusório imaginar uma ampliação do emprego por essa via."

sobretudo por causa da perversa combinação de recessão e abertura comercial abrupta, implementada pelo governo Collor. Como estratégia de sobrevivência, as empresas fizeram fortes ajustes no custo do trabalho, reorganizando a gestão da mão-de-obra, através da redução de hierarquias funcionais (o que atingiu brutalmente o emprego da classe média assalariada), do aumento da terceirização (especialmente em empregos secundários, como limpeza, vigilância, transporte e alimentação), de maior rotatividade nas pequenas empresas e, por que não

define as normas de contratação de trabalhadores sofreu uma importante modificação, criando-se o contrato por tempo determinado. Estima-se que esse mecanismo deve reduzir o custo total do trabalho em 9,13%, com corte de 14,04% nos encargos sociais e de 7,9% nos rendimentos do trabalho. Em valores projetados para doze meses, essa redução no custo total do trabalho pode significar uma compressão da ordem de R\$ 8,7 bilhões, sendo R\$ 6 bilhões relativos à massa de rendimentos dos assalariados e R\$ 2,7 bilhões retirados dos fundos de financiamento das políticas públicas. Somente a conta salário-educação, do Ministério da Educação, pode perder R\$ 730 milhões, atingindo o financiamento do ensino público, sem falar no sistema "S" (mais o Sebrae), que pode ficar com até R\$ 1,4 bilhão a menos em seus orçamentos.

As empresas não tendem a contratar trabalhadores levando em conta exclusivamente o custo do trabalho, mas sobretudo a capacidade de venda de seus bens e serviços no mercado. Mesmo assim, cabe informar qual deve ser o efeito da nova medida sobre o custo total de produção. Para isso, toma-se como referência o indicador do custo médio do trabalho no total das despesas do setor industrial, estimado em cerca de 20%. Considerando-se uma redução média de 9,13% nesse custo, tem-se uma diminuição de 1,83% no custo total de produção. Por esse lado, parece ilusório imaginar que a ampliação do emprego total no Brasil venha a ser influenciada positivamente pela redução do custo do trabalho, através da flexibilização dos direitos trabalhistas, impulsionada por contratos por tempo determinado.

No plano internacional, essa flexibilização não veio acompanha-

A flexibilização dos contratos

O uso do trabalho implica custos para o empregador, e por isso pode influir no nível do emprego. Os salários, todavia, são componentes importantes da demanda efetiva, pois definem o nível de consumo dos trabalhadores. No Brasil, como se sabe, esses custos e esse consumo são muito baixos. Conforme dados recentes da Fundação IBGE, a participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional caiu de 45% em 1990 para 38% em 1996.

Apesar disso, a legislação que

da de uma avaliação convergente sobre seus resultados finais. Nos casos da Espanha e da França, foi possível observar, em geral: (i) baixa contribuição para ampliar o emprego global; (ii) substituição dos empregos com contratos regulares por contratos temporários; (iii) reduzida legalização dos contratos de mão-de-obra secundária; (iv) transferência dos ganhos, com a redução dos custos do trabalho para as margens de lucro das empresas; (v) redução da qualidade dos produtos e da competitividade das empresas.

Por outro lado, deve-se acrescentar que a flexibilização do merca-

do de trabalho não alterou o quadro de desemprego e das formas precárias de ocupação, ampliando a desigualdade salarial e a pobreza.

Alternativas para o emprego

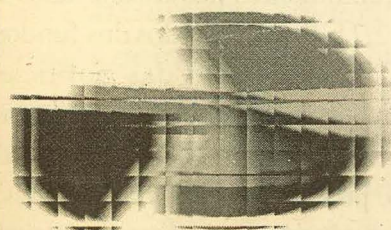
A retomada sustentada do crescimento econômico é a questão central de qualquer estratégia adequada e abrangente para o emprego. Mas, embora necessária, a expansão econômica sustentada e de longo prazo é insuficiente para resolver o desemprego, pois este depende também do estilo de crescimento e do tipo de inserção da nação na economia mundial. As taxas positi-

vas de elevação do produto não implicam aumento no nível de emprego assalariado regular e regulamentado, pois, entre outras causas, permanece incerto o horizonte dos investimentos privados (apesar da estabilidade nos preços), o setor público mostra desinteresse em prover investimentos em infraestrutura e o governo tem aceitado uma inserção internacional subordinada.

As estratégias de enfrentamento da falta de emprego no Brasil necessitam tratar dessas questões mais gerais. Caso contrário, os efeitos do desemprego continuarão a ser entendidos como causas, sem serem

efetivamente resolvidos. O governo precisa definir com urgência quais são suas respostas para a questão agrária, a concentração de renda, os investimentos em infra-estrutura, os serviços públicos, as relações de trabalho, a agência pública de emprego, a jornada de trabalho. Para enfrentar o desemprego no Brasil, é preciso, enfim, construir um novo projeto nacional comprometido com a defesa do emprego, a produção e a justiça social.

** Professor do Instituto de Economia, pesquisador e diretor-executivo do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas.
E-mail: pochmann@eco.unicamp.br*



Fácil.
Muito Fácil!

ESPRI

A maneira mais fácil de realizar Pesquisas Quantitativas de Marketing

Até hoje os usuários de programas de análise de pesquisas tinham poucas alternativas. Dispunham apenas de simples tabuladores ou de complexos programas cujo uso adequado exigia um longo aprendizado. O ESPRI (Easy System for Performing Reserach Investigation) vem preencher essa lacuna.

Desenvolvido na Nova Zelândia pela Information Tools Ltd., o ESPRI hoje está presente em mais de 60 países, possibilitando a seus usuários poderosas e sofisticadas ferramentas de análise interativa de dados, tudo disponível com um simples clique do mouse:

- Tabulação de dados conjugada com AutoGraphing, um sistema inteligente de criação dos mais variados tipos de gráfico (inclusive mapas de análise de correspondência).
- What's Different e Describe: para análise multivariada das diferenças entre quaisquer segmentos de interesse
- Mapping: para mapeamentos conceituais
- Segmentation: com um moderno algoritmo para a segmentação dos consumidores
- Forecasting: onde um sistema especialista interno identifica o modelo mais adequado para efetuar as previsões

Livre-se dos seus 'dongles'. Venha para o sistema que é fácil e tira dos seus dados a informação que eles podem dar. Para ter suas bases de dados no ESPRI, contate: Luiz Sá Lucas ou Andréa Braga - **Tel: 55 21 507-3305/508-8598 - Fax: 55 21 232-6808** - E mail: ids@mi.montreal.com.br



IDS
Interactive Data Systems

Reino Unido, Irlanda, Bélgica, Holanda, Alemanha, Nova Zelândia, Austrália, Malásia, Canadá, Brasil, África do Sul, Suécia

CURSO

MATEMÁTICA FINANCEIRA I

Professor Nelson Le Coq

Horário: 18:30h às 21:30h

Local: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar

PROGRAMA

- Valor do dinheiro no tempo. Conceitos iniciais de juros e fluxos de caixa;
- Juros simples, valor atual, fórmula geral para operações com taxas de juros simples. Taxas proporcionais, nominais e efetivas; operações com juros antecipados e postecipados. Desconto comercial e desconto bancário. Método hamburguês, cálculo dos juros nos cheques especiais;
- Sistema americano e sistema de amortizações constantes;
- Juros compostos: cálculo do valor dos juros, do montante e do valor atual. Fórmula geral;
- Taxas proporcionais e taxas nominais e efetivas; taxas reais e aparentes;
- Estudo do fluxo de caixa: comparação entre alternativas de investimento;
- Anuidades. Tabela Price. Fator de formação de capital. Planos de financiamento. Planos com carência. Prestações intermediárias. Identificação de taxas reais de juros em diferentes planos;
- Valor atual líquido.
- Taxa interna de retorno.

Valor do curso: R\$ 220,00

Preços com desconto para associados

Promoção: IERJ/CORECON/SINDECON

Mais informações na secretaria do IERJ: 224-0578 e 509-1077

ECONOMIAS LATINO-AMERICANAS

O Instituto de Economia da UFRJ realizará nos próximos dias 2 e 3 de abril, no salão Pedro Calmon, na Praia Vermelha, o seminário internacional *As economias latino-americanas no horizonte do ano 2000*, que recebeu o apoio das entidades representativas dos economistas no Rio de Janeiro – Conselho Regional de Economia, Sindicato dos Economistas, Instituto dos Economistas e do Conselho Federal de Economia. O encontro tem por objetivo debater os principais problemas e perspectivas de seis economias da América Latina – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru –, comparando questões comuns, soluções de política econômica adotadas e cenários prováveis para os próximos anos.

P R O G R A M A

2 DE ABRIL, QUINTA-FEIRA

8h - **ABERTURA**
 Juan Muñoz, diretor do Cedeal
 José Maria Vilá, vice-presidente do Indra
 João Carlos Ferraz, diretor do IE/UFRJ
 Antônio Barros de Castro, professor titular do IE/UFRJ

SESSÃO DA MANHÃ

Presidente: prof. João Carlos Ferraz, diretor do Instituto de Economia da UFRJ

8.30h - **A ECONOMIA MEXICANA**
 Mariano Ruiz-Funes, Grupo de Economistas y Asociados, Espanha

9.00h - **Comentarista:** Jorge Chami Batista, IE/UFRJ, ex-secretário de Comércio Exterior

9.15h - **Comentarista:** Lauro Faria, FGV, editor-chefe da *Conjuntura Econômica*

9.30h - **DEBATE**

10.00h - **COFFEE-BREAK**

10.30h - **A ECONOMIA PERUANA**
 Oscar Dancourt, Pontifícia Universidade Católica, Espanha

11.00h - **Comentarista:** Carlos de Aguiar Medeiros (IE/UFRJ)

11.15h - **Comentarista:** Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Unicamp, ex-ministro interino da Fazenda

11.30h - **DEBATE**

12.00h - **ALMOÇO**

SESSÃO DA TARDE

Presidente: Representante do Indra, Espanha

13.30h - **A ECONOMIA COLOMBIANA**
 Maurício Cárdenas, Fedesarrollo

14.00h - **Comentarista:** José Guilherme Reis, coordenador de Política Econômica da CNI

14.15h - **Comentarista:** Rodrigo Marím, Ministro de Transportes da Colômbia

14.30h - **Comentarista:** José Felix Lafaurie, Ex-Vice-Ministro de Agricultura da Colômbia

14.45h - **DEBATE**

15.15h - **COFFEE-BREAK**

15.45h - **A ECONOMIA ARGENTINA**
 Roberto Frenkel, Cedes

16.15h - **Comentarista:** Ricardo Markwald, diretor da Funcex

16.30h - **Comentarista:** Fábio Giambiagi, gerente de Macroeconomia do BNDES

16.45h - **DEBATE**

19.30h - **PALESTRA** do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira.
 Tema: *A reforma do Estado no Brasil*

03 DE ABRIL, SEXTA-FEIRA

SESSÃO DA MANHÃ

Presidente: Prof. Carlos Lessa, Decano do CCJE/UFRJ

9.00h - **A ECONOMIA CHILENA**
 Patrício Meller, Cieplan

9.30h - **Comentarista:** Carlos Geraldo Langoni, FGV, ex-presidente do Banco Central do Brasil

9.45h - **Comentarista:** Ricardo Bielschowski, Oficial de Assuntos Econômicos da Cepal

10.00h - **DEBATE**

10.30h - **COFFEE-BREAK**

11.00h - **A ECONOMIA BRASILEIRA**
 Antônio Barros de Castro, IE/UFRJ
 Francisco Eduardo Pires de Souza, IE/UFRJ

11.30h - **Comentarista:** Paulo Nogueira Batista Jr., FGV-SP

11.45h - **Comentarista:** Lídia Goldenstein, assessora da Presidência do BNDES

12.00h - **Comentarista:** Nildemar Secches, presidente da Perdigão S.A.

12.15h - **DEBATE**

As inscrições já podem ser feitas através dos telefones (021) 542-9641 ou (021) 295-1447 ou pelo fax (021)541-8148.

Por correio eletrônico, utilizar o e-mail egiglio@cruiser.com.br.

Orçamento do Rio: o enigma desfeito

Luiz Mario Behnken*
Camilla Borges Sampaio**

A Prefeitura carioca apresentou sua proposta orçamentária para o exercício financeiro de 1998. Pouca gente prestou atenção. Menos gente ainda tem consciência do grau de interferência desse documento na vida dos cidadãos que aqui moram ou trabalham.

Estão lá: as emergências superlotadas dos hospitais, as ruas esburacadas, o trânsito caótico, o aviltante salário dos professores, os meninos de rua, os desabamentos, as enchentes causadas pelas chuvas de verão, etc. Também estão lá; as obras de reformas nas calçadas, a repressão violenta aos camelôs, os *shows* superfaturados de fim de ano, a interminável Linha Amarela, etc. Enfim, todas as ações da Prefeitura, com uma escala de prioridades que pode ser aferida pelo volume de recursos alocados em cada rubrica.

A leitura do Orçamento elaborado pela Prefeitura do Rio de Janeiro não é tarefa simples. Ao contrário. Além das dificuldades de natureza técnica, há armadilhas preparadas para ocultar as opções políticas. Encontramos dotações elevadas artificialmente para as áreas sociais; a despesa com merenda escolar foi incluída como manutenção e desenvolvimento do ensino, contrariando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; e, mais grave, o prefeito pretendia reservar para si o poder de criar, extinguir, abortar ou acelerar qualquer ação governamental através do remanejamento de até 25% de todo Orçamento – um dispositivo legal, mas imoral se utilizado nesse nível. Tamanho poder de remanejar as verbas possibilita a redefinição das prioridades que aparecem na lei orçamentária. Estratégia perigosa, sobretudo em ano eleitoral.

Apresentamos a seguir alguns dados relevantes da proposta orçamentária para 1998, feita pelo governo municipal do Rio de Janeiro, comparando-os depois com a lista de prioridades definida em pesquisa do Fórum Popular do Orçamento.

A Figura 1 discrimina as dotações por sua natureza. O governo pretende direcionar parte considerável dos gastos (44%) para pagamento de pessoal. Tal montante será suficiente para atender os pedidos de elevação de salários dos funcionários? Acreditamos que sim, se um plano geral de cargos, carreiras e salários for amplamente debatido e implementado.



Figura 1. Natureza das dotações previstas no Orçamento da Prefeitura do Rio de Janeiro, 1998.

Prevê-se que os investimentos corresponderão a 24% dos recursos. Trata-se de uma parcela nada desprezível, se comparada a outros municípios, mas insuficiente para resolver as carências cariocas. A qualidade, destino e abrangência dos investimentos propostos são questionáveis, como se viu pelo Projeto Rio Cidade, a Linha Amarela, o "mergulhão" da Praça XV, etc.

A porcentagem dirigida ao pagamento de dívidas (14%) precisa ser analisada junto com a Figura 2, que mostra as fontes de origem da arrecadação. Destaca-se aí o crescimento acentuado das operações de crédito, um dado preocupante para a saúde financeira da Prefeitura carioca.

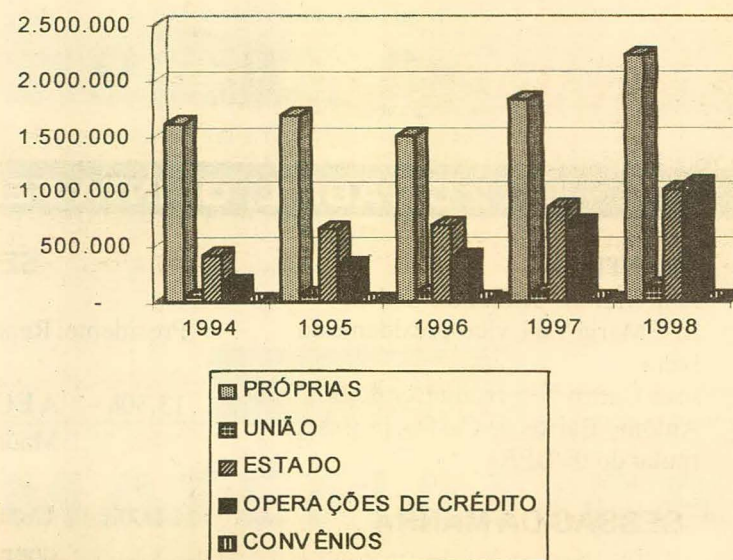


Figura 2. Fontes de origem da arrecadação da Prefeitura.

Gastos sociais

Com base no artigo da Constituição Federal que define o que é gasto social, nossa equipe dividiu a proposta orçamentária em dois blocos (gastos sociais e não sociais), como se vê na Figura 3. Nota-se nesse caso uma inversão, em termos de volume, do exercício de 1997 para o de 1998. Caso ela se concretize, poderá indicar maior sensibilidade do atual prefeito em relação a seu antecessor (o Orçamento de 1997 foi elaborado pelo ex-prefeito César Maia).

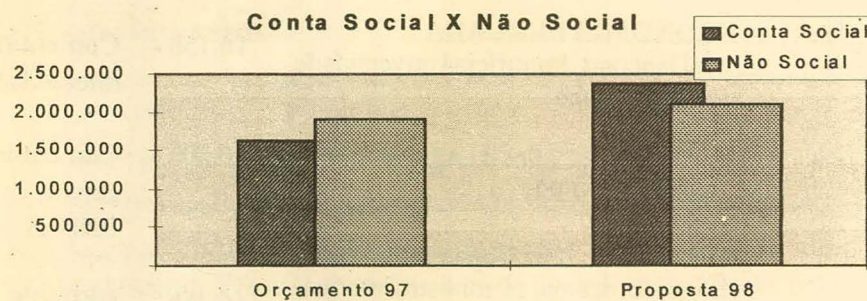


Figura 3. Gastos sociais e não sociais da Prefeitura.

A Figura 4 mostra as prioridades da cidade, segundo as respostas obtidas aos questionários do Fórum. A saúde foi a primeira colocada, seguida da educação. Depois, empatados, apareceram habitação e transportes/trânsito. A maior expectativa da população parece recair sobre a remuneração dos profissionais de educação e saúde e a expansão de moradias para a população de baixa renda. Vejamos isso um pouco mais de perto.

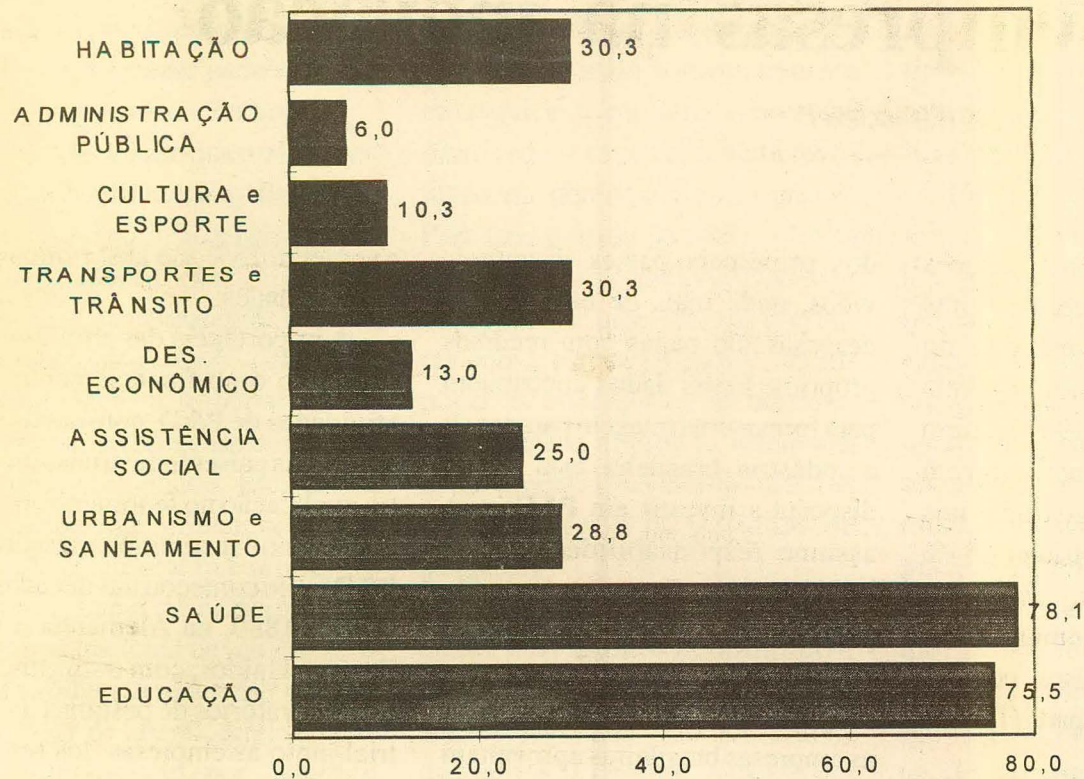


Figura 4. Prioridades da cidade, segundo os questionários do Fórum Popular do Orçamento.

Quanto à primeira prioridade, a pesquisa enfatizou a necessidade de melhorar a remuneração dos profissionais da saúde. A expectativa é de que o número de profissionais que abandonam o serviço diminua, e o estímulo ao atendimento correto aos pacientes aumente. A segunda opção escolhida – a ampliação do número de vagas para internações – expressa a percepção de que não tem sido suficiente o auxílio médico adequado em momentos de emergência (infelizmente, tal reivindicação não está sendo atendida, conforme foi demonstrado no trágico episódio de mortes de bebês em maternidades municipais). Sendo insuficientes os leitos hospitalares, o tratamento torna-se precário, levando enfermeiros e médicos a improvisar internações em macas espalhadas pelos corredores. A escolha seguinte foi a ampliação de programas de prevenção e vigilância sanitária. Isso inclui a implantação de redes de esgoto em bairros carentes, diminuindo assim a quantidade de pessoas contaminadas por doenças infecto-contagiosas.

Quanto à educação – segunda prioridade –, a quase-totalidade das pessoas pesquisadas demanda melhor remuneração para os profissionais do setor, supondo que assim os professores sintam-se mais estimulados. Outra reivindicação relevante foi a de maior atenção à atualização e capacitação dos professores, através de cursos temporários e obrigatórios. A reivindicação seguinte diz respeito ao aumento do número de vagas em creches, pré-escolas e escolas de primeiro grau, de modo a conceder oportunidades a mães que trabalhem fora e evitar o crescimento do índice de analfabetismo por insuficiência de vagas.

A terceira prioridade foi a habitação. Nesse tema, as três escolhas de maior preferência têm como base a oferta de moradia à população de baixa renda e aos atingidos por calamidades, impedindo o aumento do número de pessoas que moram em condições consideradas desumanas.

Nossa ação na Câmara Municipal

As bandeiras do Fórum Popular do Orçamento são participação popular, maior transparência e ênfase nas prioridades sociais. Por isso, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias, elaboramos o questionário de prioridades, acima citado, para servir de instrumento de participação. A partir da análise dos dados

orçamentários disponíveis e da tabulação das respostas obtidas, encaminhamos e apoiamos emendas de vários vereadores, com o objetivo de aproximar o Orçamento do Rio e os anseios da população. Conseguimos aprovar algumas delas, mas não invertemos de modo significativo as prioridades do prefeito. Nossa maior vitória foi na defesa da transparência, com o fim da vergonhosa margem de remanejamento de 25%, que impossibilitava o acompanhamento da execução orçamentária.

O Orçamento do Rio ainda não é participativo e, por isso, não reflete as aspirações dos cariocas. Mas a mobilização cada vez maior de pessoas e entidades interessadas em conhecer e interferir está transformando essa "peça de ficção" em uma expressão monetária do planejamento governamental.

* *Conselheiro e coordenador Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro.*

** *Estagiária do Corecon-RJ.*

ECONOMIA POLÍTICA

Será realizado de 9 a 12 de junho próximo o III Encontro Nacional de Economia Política, na Faculdade de Educação da UFF, campus do Gragoatá. Haverá duas atividades – discussões temáticas e cursos de aprofundamento. Para as mesas temáticas, os autores deverão informar, na inscrição, a mesa a que se dirigem. O prazo-limite para envio dos textos é 20/03/98 (data da postagem). Só serão aceitos trabalhos com até 90 toques por linha, corpo 12; 32 linhas por página em espaço 1,5; 20 páginas no máximo; três cópias impressas e uma em disquete em versão Word for Windows e ficha de inscrição preenchida.

MESAS TEMÁTICAS:

1. Metodologia e caminhos da economia. História do pensamento econômico

Comissão científica: Eleutério Prado (USP), Gentil Corazza (UFRGS) e Pedro César Dutra Fonseca (UFRGS)

2. História econômica. Capitalismo contemporâneo. Economia política do desenvolvimento, Economia política e socialismo. Economia, Estado e instituições.

Comissão científica: João Machado (PUC-SP), Lenina Pomeranz (USP) e Paul Singer (USP)

3. Dinâmica capitalista. Valor, preços e distribuição. Economia monetária e financeira. Economia industrial.

Comissão científica: Anita Kon (PUC-SP), Otaviano Canuto (Unicamp) e Raul Cristóvão (USP)

4. Políticas públicas. Economia brasileira. Mundo do trabalho. Economia e território. Economia agrária.

Comissão científica: Fábio Sá Earp (UFRJ), Márcio Pochmann (Unicamp) e Paulo Nakatani (UFES)

Os cursos de aprofundamento abordarão: *Concorrência – valor, preço de produção e preço de mercado, Trabalho e acumulação de capital; Dinheiro de crédito e financeirização do capital; Mundialização e desenvolvimento nacional.*

Informações sobre as inscrições e/ou outras deverão ser obtidas na secretaria do Encontro, PUC-SP, Departamento de Economia, Rua Monte Alegre 984, 05014-901, São Paulo, tel.: (011) 263-0211. O CORECON-RJ está apoiando o III Encontro Nacional de Economia Política.

O papel das empresas na inovação

Lia Hasenclever*

A literatura econômica, sociológica e histórica tem discutido exaustivamente a relação entre ciência, tecnologia e mercado, a mudança técnica, a inovação tecnológica e o papel desses fatores na competição e na competitividade das empresas industriais. A maioria das abordagens toma a empresa como um ator passivo, uma usuária do conhecimento técnico-científico.

A abordagem schumpeteriana, no entanto, parte da hipótese de que a empresa é o principal sujeito do processo de inovação. Essa visão teórica encontra respaldo na realidade empírica. De fato, nos países com maior grau de desenvolvimento e desempenho tecnológico – como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão –, observou-se nesta década que as empresas são responsáveis por cerca de 70% das despesas em pesquisa e desenvolvimento (P&D), principal *input* da inovação. Os centros de pesquisa governamentais e as universidades contribuem com uma parcela inferior a 1/3. Nesses países, as empresas participam com mais de 50% do financiamento do esforço nacional em P&D (cerca de 70% no Japão, 60% na Alemanha e 58% nos Estados Unidos). A participação das empresas no financiamento da P&D executada por elas próprias é ainda maior (98% no Japão, 87% na Alemanha e 80% nos Estados Unidos).

Comparativamente aos três países acima citados, os investimentos em P&D realizados pelas empresas brasileiras, em valores absolutos, são muito pequenos. Em 1994, o conjunto delas gastava pouco mais de US\$ 1,5 bilhão. No mesmo ano, suas concorrentes americanas, japonesas e alemãs gastavam, respectivamente, US\$ 119 bilhões, US\$ 50 bilhões e US\$ 24 bilhões. O

desempenho brasileiro não melhora quando se trabalha com valores relativos. Como proporção do produto interno bruto, nossos investimentos em P&D em 1994 ficaram em torno de 0,77%, percentagem distante daquela registrada nos principais países industriais (2,54% nos Estados Unidos, 2,94% no Japão, 2,37% na Alemanha) ou mesmo em outros países, como a Espanha (0,84%), o Canadá (1,47%) e a Itália (1,21%).

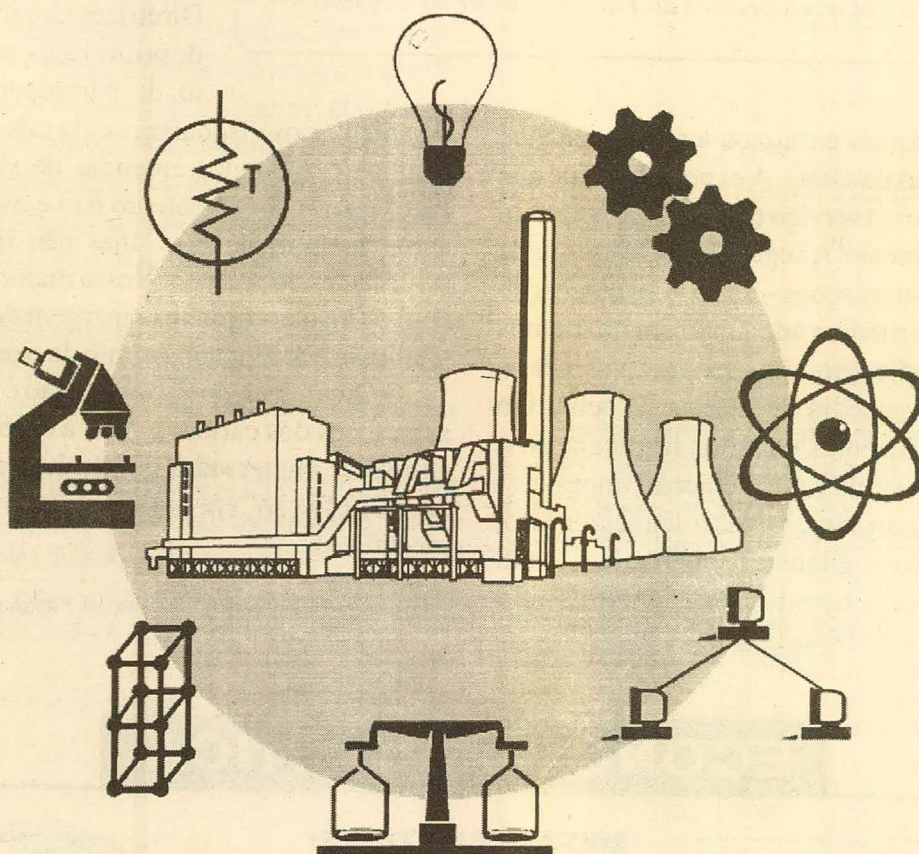
dos principais países desenvolvidos, onde mais de 80% dessas despesas são pagas com recursos próprios. Esses dados contribuem para formar uma imagem paradoxal: a indústria brasileira está pouco disposta a investir em P&D, mas assume responsabilidade quase integral pelo financiamento da pequena parcela de atividades desse tipo que executa.

Outro aspecto inquietante é que as empresas brasileiras aproveitam

e somente 25% são absorvidos por universidades.

A importância das empresas na execução e no financiamento das atividades de P&D, constatada nos principais países industriais, encontra explicação no fenômeno conhecido como "institucionalização da P&D". Ele começou nas décadas de 1870 e 1880, na Alemanha e nos Estados Unidos, com o surgimento dos laboratórios de pesquisa industrial junto às empresas dos setores químico e elétrico, e se acelerou fortemente a partir da Segunda Guerra Mundial. Diversos estudos mostram que a transformação da pesquisa em uma atividade industrial fez com que as empresas assumissem um novo papel na produção do conhecimento técnico-científico. Além de simples usuárias, elas passaram a produzir conhecimento novo, atividade que se tornou a principal forma de garantir posições de liderança, seja pela diferenciação de produtos, seja pela manutenção de vantagens competitivas adquiridas no passado.

O Brasil se atrasou na institucionalização da pesquisa. Durante os anos 70, contou com a compra de tecnologia estrangeira para montar sua indústria de bens de capital e intermediários, assim como havia contado com a mesma fonte para montar sua indústria de bens duráveis nos anos 50. Acreditou na possibilidade de dispor dessa tecnologia sempre que fosse necessário expandir ou diversificar seu parque produtivo, não valorizando a institucionalização das atividades de P&D nas empresas a partir da base tecnológica adquirida, tal como o fizeram empresas americanas, como é o caso da Du Pont. Esse atraso gerou uma desvantagem para as empresas brasileiras, em geral dependentes das estrangeiras para



O fraco envolvimento das empresas brasileiras torna-se ainda mais claro quando se examina sua contribuição ao esforço nacional de P&D: elas sustentam apenas cerca de 33% da execução e 26% do financiamento dessas atividades. Nos principais países desenvolvidos, como dissemos, ocorre o contrário: a empresa é o principal ator do processo de inovação. Quanto ao financiamento da P&D executada nas empresas, curiosamente o Brasil se aproxima

pouco as externalidades geradas pelos gastos governamentais com universidades e institutos de pesquisa, que representam cerca de 70% do esforço nacional. Na área da física, por exemplo, 84% dos doutores formados no Brasil são absorvidos pelas próprias universidades, 14% por centros de pesquisa independentes e apenas 2% pelas empresas. Nos países desenvolvidos, em geral, 50% desses profissionais se deslocam para a indústria

obter novas tecnologias, operar tecnologias já existentes e, algumas vezes, simplesmente padronizar os processos e produtos de linha.

O estudo de caso que realizamos na empresa química Nitriflex mostra que, no Brasil, gerentes gerais e pesquisadores envolvidos na formulação das estratégias empresarial e tecnológica não percebem adequadamente a importância da capacitação tecnológica como um fator de lucratividade. Eles ainda estão fortemente influenciados por uma matriz cultural que atribui ao governo o papel de principal ator do sistema nacional de inovações e por um ambiente industrial interno que, apesar de aberto, ainda é bastante influenciado por *lobbies* cartoriais.

É claro que um sistema financeiro mais estável poderá contribuir para estimular investimentos em P&D. Também é importante a Lei 8.661, que concede benefícios fiscais para empresas que realizam esses investimentos. Contudo, a

opção estratégica de investir em P&D depende das elites brasileiras, que têm hesitado recorrentemente em seguir esse caminho. A reversão disso requer uma verdadeira revolução na gerência das empresas. Para tirar partido da P&D, a firma deve saber valorizar as iniciativas e os projetos, estabelecer sua coerência com a estratégia global, multiplicar as interações e as negociações internas (entre os diferentes departamentos) e externas (com as universidades e os institutos de pesquisa).

Há uma relação positiva entre desenvolvimento econômico e social, de um lado, e envolvimento de empresas industriais com a atividade de P&D, de outro. A existência dessa relação também costuma denotar competitividade industrial interna e externa. Entretanto, são incansáveis as análises que apontam para a penetração crescente de produtos industriais estrangeiros no mercado brasileiro e para a redução do crescimento das nossas

exportações desses produtos, o que parece indicar uma perda de competitividade tecnológica do Brasil em relação a outros países industrializados.¹

Fazer investimentos em P&D é uma escolha estratégica pela qual a empresa decide engajar-se em mercados fortemente concorrenciais e, em geral, com as maiores taxas de crescimento. Uma empresa pode optar por não investir em P&D sem prejuízo para sua eficácia, se ela escolher um setor tecnologicamente maduro e não tiver a ambição de crescer. Mas a atividade de P&D é indispensável no cenário competitivo atual, diante de configurações estratégicas marcadas pela presença de alta tecnologia, internacionalização dos mercados, forte competição de produtos, integração vertical e mão-de-obra altamente qualificada.

Investir em P&D traduz a vontade de se engajar em uma competição tecnológica e comercial nos setores econômicos portadores de maior

crescimento futuro. O atraso dessa decisão por parte da indústria brasileira traz conseqüências consideráveis para a coletividade, pois desenha o futuro do país e influi sobre sua capacidade de se manter na crista da onda desse crescimento.

** Professora do Instituto de Economia da UFRJ, onde também integra o Grupo de Economia da Inovação. Este artigo é um resumo da tese de doutoramento Dinâmica e gestão da inovação: o papel das empresas industriais químicas, defendida em setembro de 1997 na Coppe-UFRJ. Os interessados na versão integral do texto podem encontrá-la na biblioteca do Corecon-RJ.*

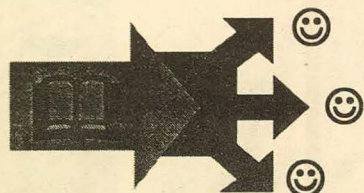
Nota:

1. Em geral, os principais argumentos sobre a perda de competitividade interna e externa brasileira referem-se a aspectos cambiais e financeiros. Trata-se de argumentos relevantes, conforme excelente análise feita por Paulo Nogueira Batista Jr. no Jornal dos Economistas (nº 105, janeiro de 1988, p. 10-13). Mas devem ser considerados como explicações para as desvantagens de curto prazo. A manutenção de vantagens competitivas de longo prazo relacionam-se com os investimentos em P&D.

Doação de Livros

A campanha Doe Livros, seja um intermediário no acesso ao conhecimento, promovida pelas entidades dos economistas – CORECON-RJ, IERJ e SINDECON – está ajudando a equipar diversas bibliotecas no Estado, de agosto 96 até agora. Foram 3.820 doações em diversas áreas – economia, contabilidade, direito, literatura, história, administração, educação, além de obras de referência (dicionários e enciclopédias). A campanha continua, e os interessados na doação devem entrar em contato com a bibliotecária

Ester Oliveira
Teixeira, das 13h às
17hs, na Biblioteca
Eginardo Pires.



ANPEC

IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Curso Intensivo de Teoria Econômica
Elaborado segundo programa oficial

ANPEC

Experiência comprovada • Alto índice de aprovação
Mais tempo de aulas pelo menor preço

Período: março a outubro

Apoio: CORECON-RJ/SINDECON-RJ

Informações na secretaria do IERJ
Av. Rio Branco, 109 - 19º andar
Tels. (021) 509-1077 ou 224-0578

Antônio Barros

Limitações e potencialidades

Jornal dos Economistas: Que perspectivas de retomada do crescimento você vê na economia brasileira atual?

Antônio Barros de Castro: Duas posições antagônicas têm dominado a discussão sobre o que está ocorrendo com os investimentos no Brasil. A primeira afirma que a abertura da economia e a estabilização monetária estão produzindo uma ampla onda de investimentos, que traz em si a promessa da edificação de outra economia, sem diversos vícios do passado. Os defensores dessa hipótese confiam que o tempo tornará mais claro esse processo, que, segundo eles, ainda não pode ser comprovado porque está em uma fase inicial. A segunda posição nega que isso seja possível, diante das dificuldades impostas pela altíssima taxa de juros, pelo câmbio fora do lugar e por outros problemas. Haveria apenas iniciativas localizadas, muito distantes de configurar um processo renovador abrangente.

Acho que o debate seria enriquecido se houvesse uma mudança de enfoque. A meu ver, não existe a "onda" prevista pelos mais otimistas. Mas há investimentos relevantes, nem gigantescos nem mínimos, que se traduzem na implantação de novas fábricas e de novas instalações de infra-estrutura. A discussão a esse respeito atola no problema separar o que é anúncio e o que é investimento real. Como ninguém sabe dizer que percentagem dos anúncios se concretiza, abre-se um amplo espaço para estimativas subjetivas. Proponho que evitemos ficar nesse debate e tentemos pensar mais qualitativamente, discutindo a natureza desses investimentos. Eles têm particularidades importantes. Apontam para uma mudança estrutural, não tanto por sua abrangência ou seu peso relativo, mas pelo fato de que são diferentes dos que existiram no passado.

JE: Quem lidera essa nova safra que está em gestação?

Castro: A empresa brasileira típica, mesmo a de médio e grande porte, continua muito contida. Excetuados alguns casos nos ramos de alimentação e bebidas, ela não tem adotado uma atitude voltada para criar capacidade nova. Está apenas reciclando e modernizando os ativos existentes, em compasso de espera, enquanto ganha dinheiro na esfera financeira. Isso, aliás, confirma a idéia de que não há um movimento generalizado na direção do investimento. As iniciativas mais relevantes estão associadas à chegada de multinacionais e às privatizações. Aí se pode falar de uma nova safra, ou seja, de um conjunto de investimentos suficientemente volumoso e, sobretudo, dotado de características novas que precisam ser ressaltadas.

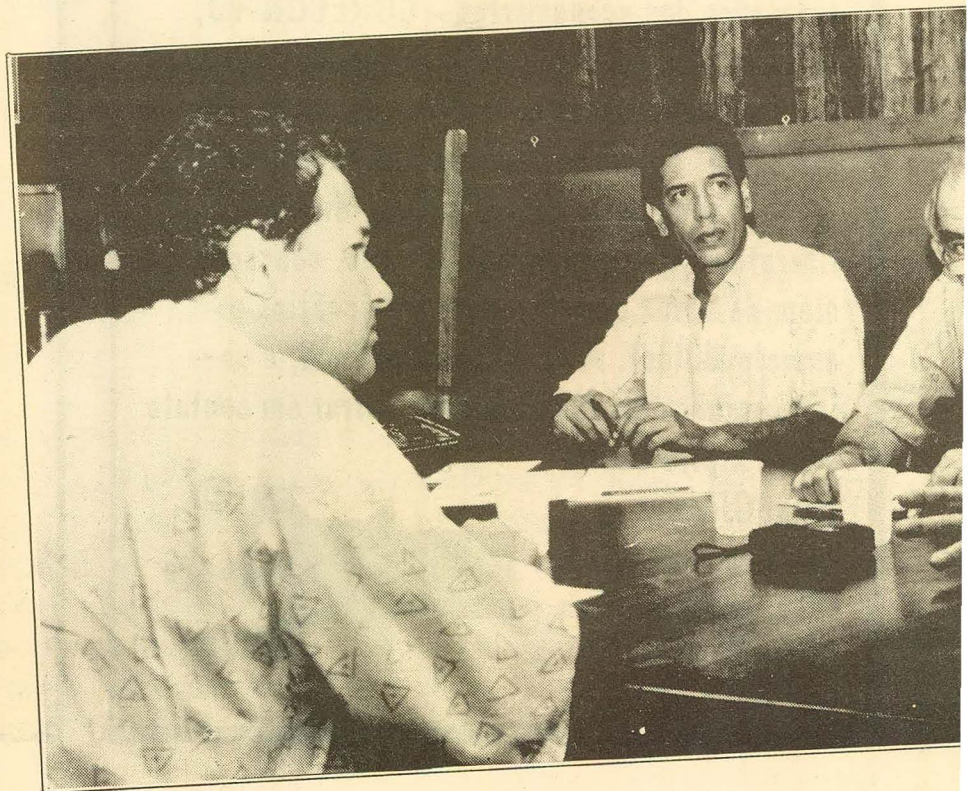
Isso não é tão evidente no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Mas o Paraná, por exemplo, está recebendo investimentos que, embora concentrados, são revolucionários em termos da estrutura industrial do estado. Em menor escala, o Rio Grande do Sul também atraiu alguns poucos gigantes – a General Motors, a Ford, a Phillip Morris, a nacional Parapanema em titânio – que trazem novidades, num estado até aqui caracterizado pela prevalência da pequena e média empresa, praticamente sem multinacionais e sem grandes empresas públicas. Estamos diante de uma descontinuidade na evolução econômica dessas regiões.

JE: Qual a influência do Mercosul nisso?

Castro: É grande. O Mercosul é muito atraente. A Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul concluiu um estudo que mostra o seguinte: se você fixar em Porto Alegre a ponta de um compasso

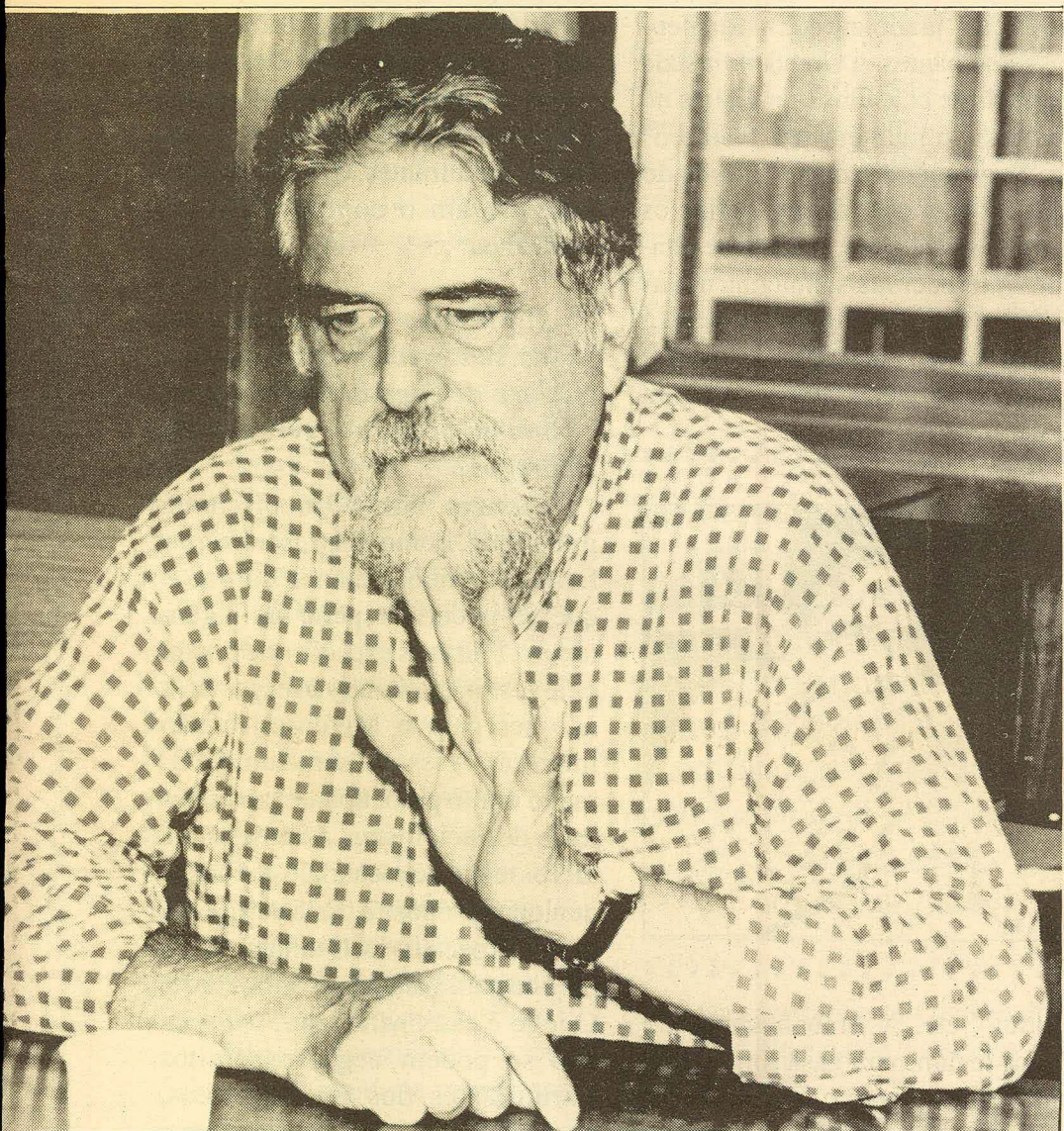
Sempre atento aos movimentos da economia brasileira, Antônio Barros de Castro destaca, nesta entrevista ao Jornal dos Economistas, os aspectos preocupantes dos novos investimentos industriais em fase de implantação no Brasil e os deslocamentos em curso no mapa da nossa agricultura.

Professor-titular e editor do Boletim de Conjuntura do Instituto de Economia da UFRJ, ex-presidente do BNDES, Castro escreveu alguns trabalhos já clássicos, como Sete ensaios sobre a economia brasileira (Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1977) e A economia brasileira em marcha forçada, em co-autoria com Francisco Eduardo Pires de Souza (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985). Mais recentemente, organizou, com Mário Luís Poças e Adriano Proença, o livro Estratégias empresariais na indústria brasileira: discutindo mudanças (Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1996).

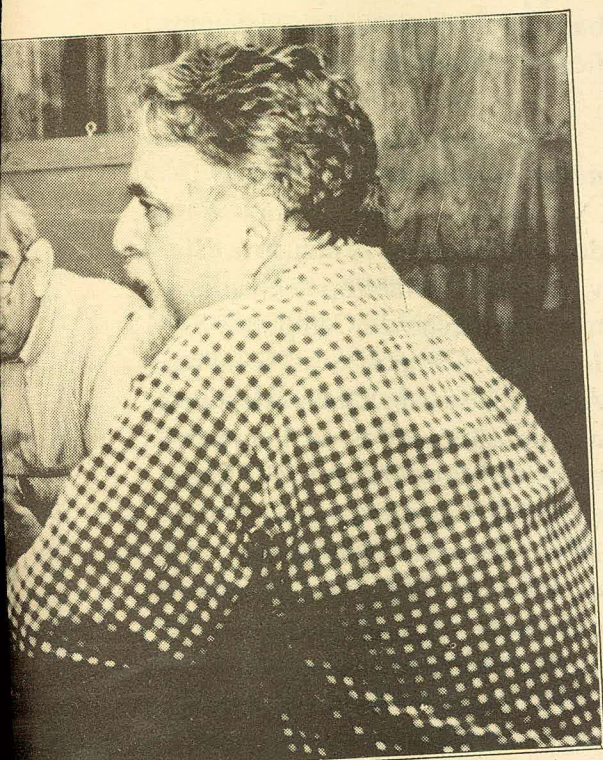


Barros de Castro

da nova safra de investimentos



FOTOS: JOÃO DIAZ



Da esquerda para a direita:

César Benjamin,

Luiz Antônio Elias,

José Clemente de Oliveira

e Antônio Barros de Castro

imaginário e abri-lo, digamos, 400 quilômetros, verificará que a capital gaúcha é ruim em termos de localização para investimentos de grande porte. Mas se você abrir o compasso para abranger uma área com raio de 1.100 quilômetros, ela passa a ser uma localização extraordinária. Fica no centro de uma região que inclui São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires. Esse círculo abriga uma população superior a 120 milhões de pessoas com renda entre US\$ 6.000 e US\$ 8.000. Talvez seja o único grande mercado no mundo que apresenta renda *per capita* média e permanece quase virgem. Quanto mais isso fica claro, mais investimentos são atraídos pelo fator locacional. A General Motors não se referiu ao Mercosul quando foi para Porto Alegre. Meses depois, a Ford, na apresentação pública de seu projeto, apontou o Mercosul como o principal motivo para se instalar lá.

JE: *Que implicações esses investimentos têm no cenário macroeconômico do país?*

Castro: Com as possíveis exceções ligadas aos novos eixos do *agribusiness* ou à produção de celulose na Bahia, os investimentos da nova safra se orientam para os mercados regionais do Cone Sul. Isso tem um aspecto preocupante: eles não vão gerar as divisas que Brasil e Argentina precisam. Embora em melhores condições que o nosso, o balanço de pagamentos da Argentina também está na zona de sinal amarelo. Sofreu uma grave deterioração em 1997. Ora, nessas exportações cruzadas, em que Brasil e Argentina vendem um para o outro, não há geração líquida daquilo que em outros tempos chamávamos "moeda forte". Elas não resolvem o problema do balanço de pagamentos de nenhum dos dois países. Podem até agravá-lo. Pois, apesar

de essencialmente voltados para o mercado interno ou regional, os novos investimentos utilizam quantidade apreciável de insumos importados e, obviamente, prometem remeter lucros para o exterior. O balanço de pagamentos embutido na nova safra é muito ruim. Não posso quantificar isso, mas é a impressão que fica de entrevistas e observações que tenho feito.

JE: *Que outros aspectos parecem ser relevantes para discutir a natureza e o impacto desses investimentos?*

Castro: Pelo menos mais dois, igualmente preocupantes. A nova safra também é muito perversa do ponto de vista do equilíbrio fiscal. É exigente em termos de gastos públicos e não vai gerar receita apreciável durante anos, por causa das isenções de tributos que estão sendo dadas.

O outro aspecto negativo é mais conhecido: a geração de empregos é pequena. As exceções, nesse caso, são as indústrias leves do Nordeste, que também estão se expandindo. A Bahia, por exemplo, praticamente não produzia calçados. Hoje, vinte empresas do ramo, entre elas algumas das melhores brasileiras, estão desembarcando lá, criando um cinturão de calçados que não tem precedentes na economia local. Embora o peso relativo dessa indústria não seja grande, a novidade é importante. O problema é que cada emprego gerado ali corresponde a um emprego a menos no Sul, pois as empresas estão se deslocando para lá. Só poderíamos escapar disso se o Nordeste exportasse parte substancial da produção, mas não é o caso. O coeficiente exportador das novas indústrias leves da região é muito baixo. Para ficarmos no exemplo dos calçados, a estratégia brasileira é fazer um *upgrade*: tentar disputar com Espanha e Itália

mercados de renda mais alta, fugindo da briga ingrata com a China nos produtos mais baratos. Salvo exceções, não são esses calçados sofisticados que o Nordeste vai produzir. Assim, em termos líquidos, a geração de empregos também não conta a favor da nova safra de investimentos. O mesmo poderá ocorrer se, por exemplo, a Ford desativar suas plantas no ABC paulista e na Argentina, por causa do êxito da unidade instalada no Rio Grande do Sul.

JE: Quais as conseqüências disso no longo prazo?

Castro: Se os resultados nessas três frentes – balanço de pagamentos, equilíbrio fiscal e emprego – vierem de fato a se revelar negativos, a nova safra pode alimentar um círculo vicioso. As principais restrições ao crescimento serão reforçadas. E, se não houver crescimento, vamos jogar produtos num mercado que não estará se ampliando. O resultado tende a ser a queda na taxa de retorno de vários setores, o que significará mais desemprego e mais queima de capacidade.

Pode-se mesmo falar na possibilidade de um *feedback* negativo, com a nova safra passando a reproduzir, de forma perversa, um aspecto da abertura. Como se sabe, ao aumentar as importações líquidas, a abertura baixou as taxas de retorno em diferentes setores. Induziu, por isso, reestruturações muito punitivas em termos de emprego e capacidade. O mesmo efeito poderá aparecer se a nova safra de investimentos não contribuir para contornar as restrições macroeconômicas ao crescimento. A oferta crescerá, mas o mercado, não.

JE: Voltando ao problema do volume dos investimentos em curso, há evidências de que as empresas multinacionais estão desembolsando pouco. Os novos pólos estariam sendo viabilizados, em grande parte, às custas do próprio Estado...

Castro: O desembolso próprio das empresas líderes nessa nova safra é, de fato, muito pequeno. Mas é preciso evitar a má formulação do problema, bastante comum, que faz uma crítica de natureza moral, dizendo tratar-se de investimentos

falsos, ou de uma estratégia oportunista de apropriação de recursos públicos. No mundo contemporâneo, há uma tendência, ainda não totalmente definida mas já bem visível: a grande empresa internacional está cada vez menos disposta a produzir. Ela quer desenvolver produtos e comandar cadeias.

O caso-limite é a Nike, que não produz nenhum tênis, embora seja a maior empresa de tênis do mundo. Ela faz *design*, desenvolvimento, *marketing* e outras atividades desse tipo. Um estudo demonstrou que o somatório dos salários de milhares de trabalhadores de uma grande fábrica que produz os tênis, na Indonésia, é inferior ao que recebem os onze ou doze diretores da Nike em Nova York. É uma caricatura.

.....

"A nova safra de investimentos pode vir a ter efeitos negativos sobre o balanço de pagamentos e o equilíbrio fiscal, além de gerar pouco emprego. Nesse caso, as restrições ao crescimento serão agravadas."

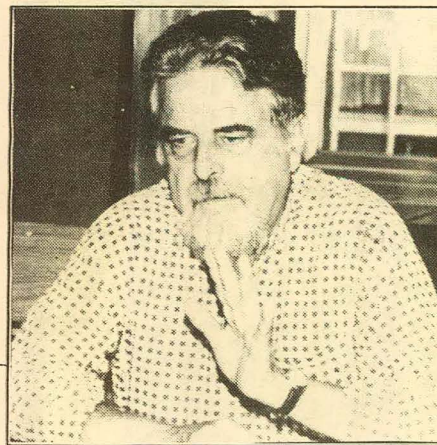
.....

Mas mostra que a divisão de trabalho que está sendo sugerida no mundo separa claramente os que desenvolvem os produtos e os produtores propriamente ditos. Estes últimos fazem o trabalho repetitivo e geram pouca renda. Seja como empregado, seja como acionista, ganha quem está vinculado ao desenvolvimento.

Eu não diria que a nova safra de investimentos no Brasil explicita essa tendência de forma tão evidente. Mas, quando ouvimos falar do investimento frustrante da Volkswagen em Resende (RJ), por exemplo, temos de levar em conta que agora o objetivo da empresa não é sujar as mãos na produção. É coordenar, empresariar, comandar um processo. Assim, o investimento que ela faz não pode ser entendido em termos meramente quantitativos, mas sim estratégicos, ligados a uma outra concepção de divisão do trabalho.

JE: É inevitável que aceitemos essa nova divisão de trabalho?

Castro: Estou dizendo que o baixo investimento dessas grandes empresas não decorre de uma esper-teza, não é uma jogada suja. Mudou o objetivo estratégico delas no mundo. Buscam para si as funções nobres, que não estão mais na produção em si mesma. Empresas brasileiras já adotam comportamentos semelhantes. A Grandene instala fábricas de calçados e sandálias no Nordeste e mantém seu "cérebro" em Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Lá ela faz o *design*, define os rumos estratégicos, estabelece relações internacionais, imagina novas linhas de produção, contrata consultorias, nacionais ou estrangeiras, para checar a estética de um



produto, etc. As trabalhadoras do Ceará levam para casa um salário mínimo, enquanto o salário médio em Farroupilha é seis vezes maior.

JE: Que efeitos de encadeamento as novas indústrias geram na economias locais?

Castro: Existem grandes novidades a esse respeito. Até pouco tempo atrás, havia o receio de que as montadoras mandariam vir a caixa de marchas da Espanha, o carburador do México, a tinta da Coreia, etc. Elas se comportariam como uma pessoa que vai de gôndola em gôndola num supermercado, pegando o que deseja. Isso, em grande medida, se mostrou equivocado. Por razões que têm a ver com o *just in time* e com sinergias de vários tipos, as novas fábricas são fortemente aglomerativas. A General Motors definiu dezoito fornecedores que vão abastecê-la de subconjuntos.

Todos vão para dentro do mesmo condomínio, no Rio Grande do Sul. A partir de lá, vão se abastecer em cerca de duzentas outras empresas, espalhadas. O coeficiente importado vai ser significativo, mas isso não conflita com a existência de encadeamentos locais importantes. A Ford adotou outro comportamento. Não quer atuar como monopólio. Também vai aglomerar fornecedores em torno de si, mas eles ficam livres para buscar outros clientes. Esses investimentos estão se revelando estruturantes. O temor dos que imaginavam o contrário não se confirmou.

JE: Mesmo assim, permanece válida sua preocupação com um balanço de pagamentos negativo e com a pequena geração de empregos?

Castro: Sim. O coeficiente importado, como disse, será significativo, embora menor do que o que se poderia esperar há algum tempo. Feitas as exceções de praxe, os investimentos não vão exportar, a não ser para o Mercosul, e vão importar. A isso se soma um fenômeno muito preocupante: a voracidade dos acionistas. A remessa de lucros tem sido escandalosa, fora de qualquer propósito. Está acima das piores expectativas. O dinheiro vem para cá para voltar muito ampliado. O jogo é esse, para valer. Ou seja, não se podem negar os efeitos estruturantes dos investimentos, mas, quanto ao seu impacto sobre o balanço de pagamentos, devemos ficar bastante preocupados.

JE: Que outra novidade há nessa nova safra?

Castro: Uma delas é a descentralização. A indústria estava saindo da metrópole paulista, mas na direção de Campinas, São José dos Campos e adjacências. Agora ela se espalha muitas centenas de quilômetros ao longo dos eixos, de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul. Essa mudança é positiva. Ainda não está claro qual será a divisão de trabalho entre essas extensões e a base paulista tradicional. Os novos investimentos no Sul parecem ser muito atualizados tecnologicamente. O ABC vai ser a "velha" indústria? A "nova" vai se

instalar nessa periferia ampliada? Não sabemos.

JE: *Você inclui Minas nessa periferia estendida?*

Castro: Minas Gerais, com a experiência da Fiat, teve um papel pioneiro em demonstrar a viabilidade de um pólo industrial sério fora de São Paulo. Um aspecto fascinante dessa história é que durante quinze anos a iniciativa deu errado, de modo que parecia ser uma condenação do esforço de promover a descentralização da grande indústria. Só começou a dar certo – aliás, espetacularmente certo – nesta década.

JE: *A experiência mineira foi muito criticada nos anos 70 pela grande ajuda do estado, tanto no plano fiscal quanto pelo aporte direto de capital por parte do governo. Os novos investimentos têm estímulos semelhantes?*

Castro: Hoje, temos uma reprodução mais desinibida do modelo usado na Fiat. Embora não se saibam os detalhes, o que foi dado à Mercedes Benz em Juiz de Fora é verdadeiramente espantoso. Os incentivos à Renault (no Paraná) e à General Motors (no Rio Grande do Sul) se tornaram grandes dores de cabeça para os respectivos governadores. A verdade é que os estados estão dispostos a arrancar a qualquer custo um investimento vedete. A estratégia implícita parece ser: "Pago qualquer preço para entrar no mapa." Nem sempre a disposição de arrancar o investimento na marra vem acompanhada de uma visão estratégica, voltada para a construção de uma segunda etapa, mais ajuizada.

JE: *Mas, com esse tipo de investimento, o problema do balanço de pagamentos não se resolve, seja qual for o tamanho da "onda"...*

Castro: Houve uma "estadualização" das decisões na economia brasileira. Do ponto de vista dos estados, não há balanço de pagamentos. Os governadores não precisavam se preocupar com importações e exportações, mas com a viabilidade dos empreendimentos *stricto sensu*. Sob esse aspecto, estamos

numa armadilha: as partes estão se comportando como se o todo não existisse. Isso mostra que está faltando um ator, que só pode ser o governo federal.

O todo existe e não pode estar ausente dessa reordenação. Até porque o recorte regional é muitas vezes ridículo, como no caso dos conflitos entre Petrolina e Juazeiro. É a mesma área, produzindo os mesmos produtos, com a mesma mão-de-obra. Só existe solução conjunta. O governo central diz que é preciso respeitar a autonomia estadual, e eu não discordo disso. Mas que esforço se fez para coordenar essas autonomias? Nenhum. A resposta do governo é evasiva, sua omissão é pecaminosa. O senador Waldeck Ornellas tem um projeto

"No Cerrado Setentrional estão entrando em produção regiões agrícolas imbatíveis, muito modernas. Os grãos saem de lá 30% a 40% mais baratos. Isso criará uma realidade nova. O governo já percebeu esse potencial."

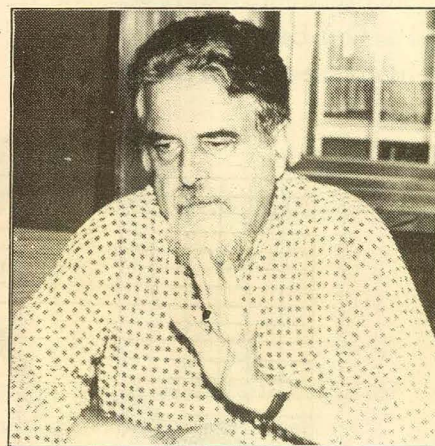
que procura ordenar isso, definindo o que é válido e o que é abusivo na guerra fiscal.

JE: *Que outra área importante você vê nessa nova safra de investimentos?*

Castro: Há deslocamentos significativos no *agribusiness*. No Cerrado Setentrional – Mato Grosso, Oeste da Bahia, Tocantins, Sul do Piauí, Sul do Maranhão – estão entrando em produção regiões imbatíveis. Os grãos são produzidos 30% a 40% mais baratos. Ainda há dificuldades de transporte, de modo que muita produção se perde, às vezes até mesmo sem ser colhida. Além disso, parece-me que ainda não está solucionada a questão de como estruturar empresarialmente esse potencial. A solução da produção integrada, típica do Sul, não se aplica ali, pois, na base, não há a família de pequenos produtores. Não é pos-

sível construir a "pirâmide" social do modelo clássico da Sadia.

Mesmo assim, é visível um processo de migração da produção de grãos e de *commodities* ligadas à carne para o Centro-Oeste e o Norte. Talvez estejamos tendendo a uma nova divisão de trabalho, com o primeiro processamento se estabelecendo nas novas áreas e o processamento mais fino permanecendo nas proximidades das metrópoles. Esse movimento tem implicações que podem ser dramáticas para as áreas produtoras de grãos com base na pequena propriedade, sobretudo do Sul. Elas não têm condições de competir com a nova máquina capitalista que está sendo implantada lá em cima. É uma agricultura de outro nível, com mecani-



zação e controle científico incomparáveis.

JE: *Quais as vias de ligação dessa agricultura com os centros consumidores?*

Castro: Essa imensa região do Cerrado Setentrional permite escoamento nos dois sentidos: para o Sul, visando ao mercado central do país e com saída também pela bacia do rio da Prata, e para o Norte, pela bacia do rio Amazonas ou pelas ligações que vão dar em Itaqui. Estamos avançando em ambos. Isso criará uma realidade nova e muito importante.

JE: *Como você compararia os investimentos que vêm sendo feitos na agricultura das regiões Norte e Central, e aqueles, dotados de maior visibilidade, ligados à implantação de grandes indústrias novas no Sul?*

Castro: O primeiro conjunto é muito mais promissor em termos de balanço de pagamentos, e os subsídios fiscais são menores quando comparados ao das montadoras do Sul. Em ambos os sentidos, a interiorização do desenvolvimento e a ocupação das novas regiões podem ser estratégicas. O governo não criou isso, mas percebeu esse potencial, corretamente. Não por acaso, o programa Brasil em Ação tornou-se prioritário. A realidade foi apontando nessa direção, até porque, em áreas pioneiras, alguns projetos baratos podem ter forte impacto econômico. O desbravamento, além disso, tem um potencial político evidente. A parte menos beneficiada pelos projetos de infraestrutura em vias de implantação é o canto litorâneo do Nordeste – do Rio Grande do Norte até Sergipe –, para o qual o programa Brasil em Ação não oferece praticamente nada.

JE: *Qual o perfil da agricultura que se expande nas áreas novas?*

Castro: Ela se baseia na grande propriedade mecanizada. É tudo moderno e avançado. Em certas épocas, eles operam 24 horas por dia. Trabalham à noite no campo, com faróis. Isso se explica porque o preço da terra é muito baixo, diante do preço dos equipamentos. Cada colheitadeira de algodão custa em torno de US\$ 250 mil. Essas máquinas não se pagam se forem usadas apenas durante o dia. Os motoristas, por sua vez, são como operários de uma grande indústria: operam um painel, manejam símbolos, trabalham em ambiente refrigerado, nas cabines. Isso ocorre em áreas em que antontem não havia nada.

JE: *Qual o impacto desse modelo sobre o emprego?*

Castro: A geração de empregos se dá, basicamente, nas cidades, pois uma propriedade dessas consome insumos e serviços de todo tipo. Estive recentemente em um povoado no Oeste da Bahia. Tinha três agências bancárias, uma atividade febril de serviços e uma quantidade chocante de caminhões sendo carregados e descarregados. Tive a sensação de que estava no maior povoado do mundo.

Ataques especulativos e o Real: a crônica de uma crise anunciada

Luiz Fernando Rodrigues de Paula*
Antônio José Alves Júnior**

Em seus artigos sobre ataques especulativos e crises financeiras internacionais, Paul Krugman¹ distingue ataques especulativos associados a graves inconsistências de política macroeconômica e aqueles que nada têm a ver com os chamados *economics fundamentals*. Além deles, refere-se ainda às chamadas “crises de contágio”.

No primeiro caso, os ataques ocorrem quando os investidores perdem a confiança na moeda de um país. Procuram, por isso, fugir de ativos denominados naquela moeda, bem como de outros ativos cujo rendimento possa ser afetado por controles cambiais. Tal perda de confiança ocorre quando os mercados percebem que existe uma grave inconsistência na política macroeconômica (ou uma crise em seus fundamentos), que pode estar relacionada a um dilema entre uma política doméstica expansionista e uma política cambial voltada para manter a longo prazo uma taxa de câmbio fixa. Normalmente, essas inconsistências tomam a forma de déficits em conta-corrente elevados ou de déficits públicos persistentes, que, em algum momento, podem forçar o governo a desvalorizar sua moeda.

Nesse cenário, os especuladores tentarão antecipar o movimento, para não sofrerem perdas. Procurarão fugir da moeda local antes que o colapso ocorra, o que acaba precipitando ou forçando uma desvalorização nominal da moeda. Os agentes econômicos (particularmente os investidores estrangeiros) podem apostar contra a moeda de um país se tiverem expectativas de que as reservas cambiais tenderão a se reduzir até o ponto em que não podem mais cobrir o pagamento dos compromissos de curto prazo. Caso essa postura se generalize, a profecia do mercado realizará a si mes-

ma, acelerando ainda mais a queda nas reservas, como resultado da saída de capitais do país. Se as reservas caírem abaixo de um determinado nível crítico, o governo será forçado a abandonar a taxa de câmbio fixa.

Há, contudo, ataques que ocorrem sem que haja uma grave inconsistência na política macroeconômica do país afetado, sendo originados, em geral, por processos puramente especulativos. A crise cambial na Grã-Bretanha em 1992 ilustra bem esse caso. O país não tinha

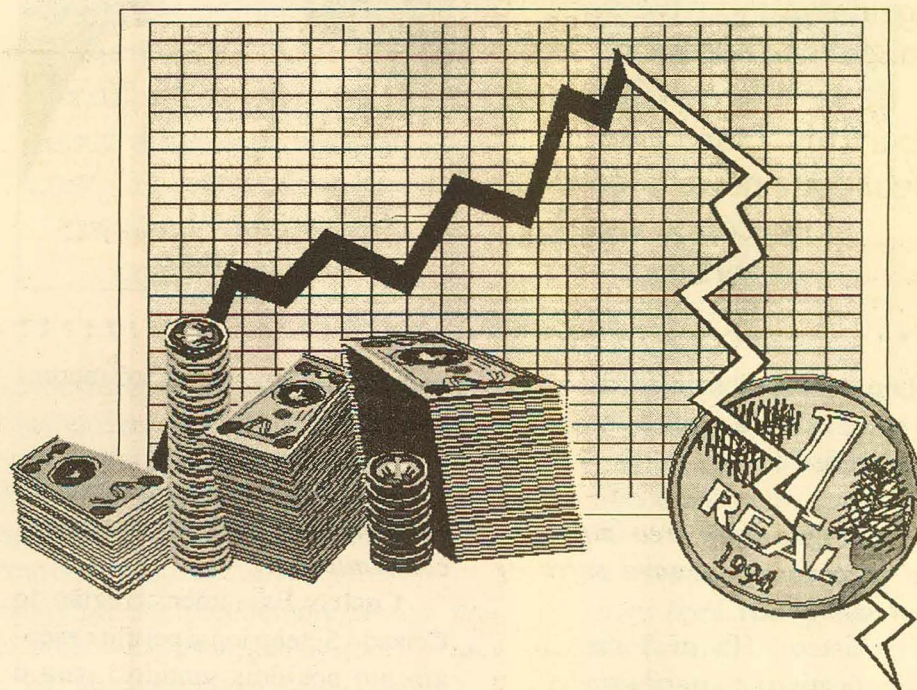
desvalorizando a moeda, o que resultou em ganhos fantásticos para os que apostaram nisso.

Por fim, as “crises de contágio” – fenômeno em que a crise cambial em um país dá origem a crises em outros – resultam de uma perda de confiança na sustentação dos preços de ativos financeiros no mercado de um determinado país. Tais crises acontecem quando o *crash* financeiro em um país, relacionado ao mercado de capitais, precipita *crashes* em outros, podendo gerar uma recessão de proporções mun-

reconhece, contudo, a dificuldade de explicar fenômenos particulares a partir de generalizações dos modelos teóricos sobre crises cambiais e ataques especulativos. Na verdade, a própria lógica operacional dos mercados de capitais liberalizados, dominados por uma perspectiva de curto prazo que visa a ganhos imediatos (ao invés de dividendos ou *coupons*) num mercado cada vez mais globalizado, aumenta dramaticamente o caráter rentista da riqueza financeira e faz com que, face à elevada mobilidade dos capitais, movimentos especulativos abruptos, *crashes* financeiros e ataques à moeda sejam uma consequência “natural” do funcionamento desses mercados.

O surto especulativo ocorrido no Brasil em outubro de 1997 ilustra a dificuldade acima assinalada. O ataque contra o Real parece ter sido decorrente de um *mix* entre uma “crise de contágio”, a partir dos efeitos da crise asiática, e de um surto especulativo desencadeado pelos operadores de mercado, que perceberam claros desequilíbrios macroeconômicos no país. O efeito de contágio foi evidente, em decorrência da queda nos preços dos bônus brasileiros (e de todos os países emergentes) negociados no mercado financeiro internacional e também das perdas dos *global players* em suas aplicações nas bolsas de valores asiáticas, ambas contribuindo para que os investidores presentes no mercado brasileiro vendessem suas posições em Reais para cobrir prejuízos em outros mercados.

Do ponto de vista da inconsistência dos *economics fundamentals*, a trajetória insustentável nas contas externas colocava o país sob o risco de uma crise cambial, em função do alto grau de fragilidade financeira externa da economia brasileira. Ela se tornou bastante suscetível a



déficit público, estava em recessão e apresentava taxa de inflação baixa. Nessas condições, se a Grã-Bretanha sofresse um ataque, o governo provavelmente não aumentaria as taxas de juros para defender a libra, pois isso geraria ainda mais recessão, com custos sociais elevados. A desvalorização da moeda, por sua vez, teria um impacto inflacionário pequeno, acompanhado de um efeito expansionista na economia. Os megaspeculadores (no caso, George Soros) acreditaram nessa hipótese e investiram contra a libra. O governo britânico acabou

diais. O contágio ocorre em função da elevada mobilidade internacional dos fluxos de capital: a queda na Bolsa de um certo mercado leva à venda de ativos em outro mercado (ou país), de modo a compensar as perdas na carteira global dos grandes operadores, dando início a rodadas sucessivas de vendas de ativos.

Krugman chama a atenção para o fato de que, na deflagração das crises de contágio e mesmo nas crises especulativas “clássicas”, pode haver um elemento “irracional”, inexplicável *ex ante*. O autor

mudanças na conjuntura internacional, tal como afirmamos em artigo publicado neste jornal antes da crise.² A fragilidade externa aumentava porque as obrigações cambiais – reais e virtuais – não estavam sendo cobertas por receitas correntes e fontes de financiamento de prazo mais dilatado, o que tornava (e ainda torna) o país dependente de refinanciamentos externos sistemáticos.

As autoridades econômicas, contudo, pareciam negligenciar os efeitos de uma possível mudança no cenário internacional. Passavam adiante a idéia de que o Real era uma “muralha”. A idéia central era a de que os elevados déficits comerciais observados, em particular o aumento nas importações de bens de capital, eram resultado de um processo de reestruturação produtiva da indústria brasileira, ensejando ganhos de produtividade significativos e suficientes para, a médio

prazo, compensar a apreciação cambial e estimular uma vigorosa reação dos exportadores. Os riscos cambiais dessa trajetória seriam minimizados pelo fato de que o déficit estaria sendo bem financiado, com uma crescente participação de capitais externos de longo prazo (investimentos).

Todavia, a realidade brasileira mostrou que o financiamento de longo prazo dos déficits crescentes em conta-corrente não foi suficiente para impedir o aumento da fragilidade externa, o que contribuiu para aumentar os já volumosos estoques de papéis e créditos com maturação curta. Ficamos cada vez mais vulneráveis às mudanças nas expectativas de curto prazo dos investidores estrangeiros. O surto especulativo de outubro passado evidenciou a fragilidade externa do Real. Só não resultou em crise cambial por causa da rápida ação do governo, que, para reverter o

processo especulativo em curso, queimou parte de suas reservas, elevou à Lua as taxas de juros (de 21% para 44% ao ano) e aumentou a oferta de *hedge* através da venda de títulos com correção cambial. Em seguida, editou prontamente um “pacote” fiscal.

Para ganhar fôlego até as próximas eleições, o governo tentará manter a atual política de desvalorizações suaves do câmbio, combinada com um aprofundamento no processo de privatizações, buscando alcançar um equilíbrio provisório nas contas externas, mesmo ao preço de um crescimento econômico medíocre. As medidas tomadas para enfrentar a crise restabeleceram, ao menos parcialmente, a confiança dos agentes no Real, mas vêm acarretando desajustes macroeconômicos sérios no país: recessão, aumento do desemprego, fragilização do sistema bancário, deterioração fiscal (pela desaceleração da eco-

nomia e o efeito dos juros sobre os custos da dívida pública), maior dependência de capitais externos de curto prazo, etc – o que poderá comprometer os próprios *economics fundamentals* do Real. Por outro lado, evidenciam ainda a reduzida liberdade no manejo da política econômica por parte do governo, que continua preso à “armadilha do câmbio”.

* Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Candido Mendes (Ipanema).

E-mail: lspaula@ax.apc.org

** Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e doutorando do Instituto de Economia da UFRJ.

E-mail: antonio@ie.ufrj.br

Notas

1. Ver, entre outros, os textos “International aspects of financial crises” (1991) e “Currency crises” (1997).

2. “Fragilidade financeira externa e os limites da política cambial”, *Jornal dos Economistas* n° 101, setembro de 1997.

TESES

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Título: “Um estudo sobre as causas dos diferenciais intersetoriais de salários no mercado de trabalho brasileiro (1993-1995)”.

Autor: Luis Fernando Oliveira de Araújo.

Orientador: Edward J. Amadeo.

Banca examinadora: Prof. Lauro Roberto A. Ramos, Prof. Gustavo Maurício Gonzaga, Prof. Marcelo Cortes Neri.

Tese: Mestrado – Julho/97.

Resumo: A dissertação tem como propósito avaliar o estado do mercado de trabalho nos anos 90 (mais especificamente, 1993 e 1995) no que se refere aos diferenciais intersetoriais de salários.

Em concordância com os resultados normalmente assinalados pela literatura sobre diferenciais de salários, concluímos no sentido de uma persistência de diferenças salariais, mesmo após o controle sobre qualidades observáveis dos trabalhadores. Verificamos ainda que explicações como discriminação, qualidades não mensuráveis, condições de trabalho e salário-eficiência não justificam completamente as diferenças remanescentes. Em função disso, procuramos avaliar também em que medida os prêmios poderiam ser explicados pela existência de uma distribuição desigual dos *rents* (lucros extraordinários) ao longo dos setores e concluímos que, tanto em 1993 quanto em 1995, a correlação de Spearman entre *rents* e prêmios é significativa. Finalmente, analisamos o movimento da dispersão intersetorial dos prêmios na passagem da década de 1980 para a de 1990.

Título: “Um modelo de equilíbrio geral computável aplicado à economia brasileira”.

Autor: Emanuel Augusto Rodrigues Ornelas.

Orientador: Prof. Rogério L. Furquim Werneck.

Banca examinadora: Profa. Maria Cristina T. Terra, Prof. Marcelo de Paiva Abreu, Prof. Afonso Sant’anna Bevilaqua.

Tese: Mestrado – Agosto/97.

Resumo: Nessa dissertação, além de discutir a técnica de equilíbrio geral computável (CGE), elaborei um modelo calibrado à economia brasileira, com o objetivo de testar os seguintes experimentos contrafactuais: (1) qual seria o efeito de uma redução das alíquotas de impostos indiretos incidentes sobre o setor agropecuário; (2) qual seria o impacto de uma redução nos encargos sobre o trabalho no setor de construção civil; (3) qual tem sido o efeito de privatizações das firmas provedoras de utilidades públicas e qual seria a resultante de uma reforma administrativa bem-sucedida na economia brasileira; e (4) qual o impacto de uma possível desoneração de todos os tributos incidentes sobre a produção intermediária de bens e serviços que serão exportados? Os resultados, *grosso modo*, mostram que os principais beneficiários do primeiro experimento seriam a parcela mais pobre da população, mas que não necessariamente isso ocorreria com o segundo experimento. Quanto às mudanças estruturais, se elas puderem ser analisadas similarmente a avanços tecnológicos naquelas áreas, então tem-se que, para cada melhora de 1% em termos de eficiência, o consumo agregado no país elevar-se-ia em aproximadamente 0,15%. Quanto às isenções das exportações, provavelmente teriam efeitos bastante reduzidos nas contas do setor externo e, mesmo assim, com um custo não desprezível para a população.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – EPGE

Título: “Previdência Social em três modelos novo-clássicos”.

Autor: Rogério Boueri Miranda.

Orientador: Prof. Marco Antonio Campos Martins.

Banca examinadora: Prof. Fernando de Holanda Barbosa, Prof. Antonio Carlos Porto Gonçalves.

Tese: Mestrado – Junho/97.

Resumo: O propósito desse trabalho é estudar as implicações econômicas da Previdência Social no contexto do mais amplamente difundido modelo de gerações superpostas (OLG), construído por Paul Samuelson (1958) e complementado por Peter Diamond (1965) e exemplificá-las mediante simulações. Para tanto, foram utilizadas três versões destes modelos – a do próprio Diamond (1965), a de Roberto Barro (1974) e a de Marco Martins (1995) –, as quais se diferenciam pela maneira como cada uma incorpora a demanda por capital dos agentes. Foram examinados, em especial, os efeitos da Previdência sobre a acumulação de capital e sobre o bem-estar da sociedade.



A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira, de Reinaldo Gonçalves (prof. titular de economia internacional no IE/UFRJ, Ph.D. pela Universidade de Reading, Inglaterra, vice-presidente do Corecon-RJ), Renato Baumann (prof. do Depto. de Economia da UnB, doutor pela Oxford University), Luiz Carlos Delorme Prado (prof. do IE/UFRJ, Ph.D. pela Universidade de Londres, presidente do Cofecon) e Otaviano Canuto (prof. do IE/Universidade de Campinas e doutor pelo mesmo instituto).

O sistema econômico internacional tem sido marcado por importantes transformações ao longo dos últimos anos. Elas afetam Estados, regiões, comunidades, empresas e indivíduos em todas as partes do planeta. Não é por outra razão que o mundo moderno tem sido caracterizado como um período de transição, marcado pela “ruptura de paradigmas”, assim como uma “era de perplexidade”.

Transformar a perplexidade em conhecimento é o objetivo do trabalho científico. *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira* é recomendado para os que querem substituir a perplexidade frente às transformações globais pelo conhecimento científico. O livro está orientado, principalmente, para estudantes brasileiros de graduação em economia, que procuram uma formação sólida, profunda e abrangente. Pode ser útil também para profissionais de outras áreas (administração, engenharia, direito, ciências sociais, etc.), que encontram nele uma apresentação didática, clara e concisa. Este livro-texto é o resultado do trabalho de especialistas brasileiros de renome na área, com trabalhos no Brasil e no exterior, e com ampla experiência no ensino de economia internacional.

Os principais temas das relações econômicas internacionais são tratados a partir de uma perspectiva brasileira. O objetivo é unir o que há de mais avançado e relevante na teoria, na política, na história e no marco institucional para o melhor conhecimento das transformações globais e da inserção econômica internacional do Brasil.

Editado pela editora Campus, o livro será lançado no dia 25 de março, às 20:00h, na Livraria Argumento, rua Dias Ferreira, 417, Leblon.

O Manifesto Comunista 150 anos depois

é o título da edição comemorativa ao sesquicentenário de um dos textos clássicos de Karl Marx e Friedrich Engels, recém-lançada pelas editoras Contraponto e Fundação Perseu Abramo. Além de uma nova tradução do *Manifesto*, feita por Victor Hugo Klagsbrunn diretamente da última edição alemã que foi revisada por Engels, em 1890, o livro traz dez ensaios de intelectuais brasileiros, que discutem a atualidade das principais teses do

texto de 1848. Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Daniel Aarão Reis Filho, Theotônio dos Santos, Luís Fernandes, Tarso Genro, João Antônio de Paula, Viginia Fontes, Emir Sader e Marcelo Ridenti escrevem sobre democracia, revolução, Estado, globalização, utopia e outros temas atuais, sempre tendo o *Manifesto* como referência.

O livro mostra por que o *Manifesto* mantém seu fascínio. Sua forma é extraordinária, pelo estilo incisivo que adota, pela simplicidade com que desvenda os fundamen-

Perfil dos economistas.

A regulamentação da profissão de economista completou 45 anos, em meio a circunstâncias que apontam novos desafios e tendências complexas e contraditórias. As contínuas mudanças culturais, tecnológicas e organizacionais do mundo contemporâneo e as intensas transformações políticas, sociais e econômicas do país requerem, em especial, profissionais altamente capacitados em múltiplas áreas do conhecimento ou com grau de especialização crescente.

Nesse contexto de mudança, a prática das entidades dos economistas do Rio de Janeiro – Conselho Regional de Economia, Sindicato dos Economistas e Instituto dos Economistas – de repensar a formação do economista e seu cotidiano de atuação profissional precisa se voltar, cada vez mais, para buscar informações atualizadas sobre a realidade de seus associados, de maneira a estruturar programas e metas de gestão.

Como o *Jornal dos Economistas* já noticiou, para obter tais informações essas três entidades resolveram realizar uma primeira pesquisa para conhecer o perfil, o mercado de trabalho e algumas opiniões dos economistas do Rio de Janeiro sobre a atuação das entidades e os rumos da política econômica. Um resumo dos resultados dessa pesquisa é o que estamos apresentando neste relatório.

A equipe responsável pela elaboração da pesquisa *Os Economistas do Rio de Janeiro – Perfil, Mercado de Trabalho & Opiniões* foi constituída por Luiz Antonio Elias, Adhemar Mineiro, Maria José Cyhlar Monteiro e José Clemente de Oliveira, todos conselheiros, ano passado, do Corecon - RJ, e pelo economista Eduardo Werneck Ribeiro de Carvalho, além do consultor Luiz Sá Lucas, da IDS Interactive Data Systems, e Ricardo Bueno, da Brainstorm Assessoria de Imprensa.

Perfil dos Economistas, 48 páginas, está à disposição dos associados, em número limitado, no Conselho Regional de Economia.



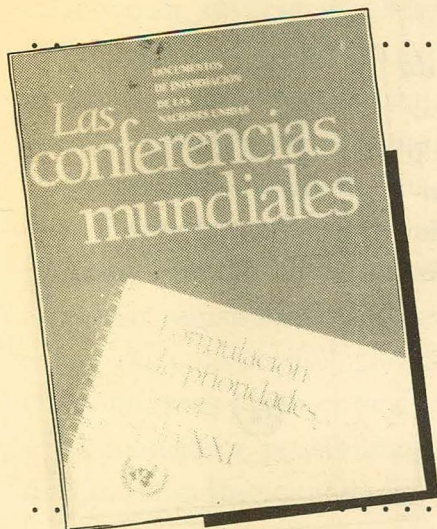
tos da sociedade e pela maneira sintética com que capta os elementos contraditórios do mundo moderno que então se formava. Nunca uma filosofia da história e um chamado fervoroso à ação revolucionária se fundiram de forma tão elegante.

Estão previstas diversas comemorações para o sesquicentenário do *Manifesto*. O livro recém-editado será objeto de dois debates, nos dias 30 e 31 de março, no Teatro Casa Grande, na rua Afrânio de Melo Franco, no Leblon, sempre às 20:00h. O livro pode ser enco-

mendado na editora Contraponto pelo telefone (021) 275-0751.

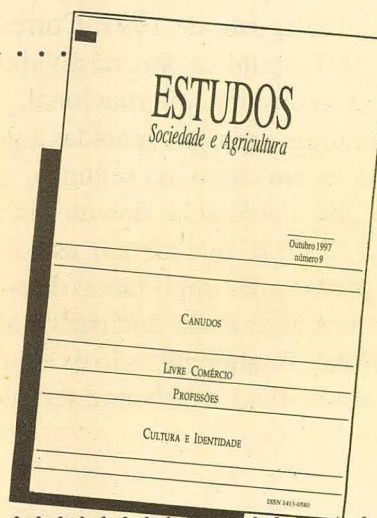
ABRE ASPAS

Auto-engano, de Eduardo Giannetti, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, PhD pela universidade de Cambridge e autor de *Vícios privados, benefícios públicos*. Só engana a si mesmo quem quer? O auto-engano, segundo o autor, será tanto mais completo e perfeito quanto menos for um ato planejado, voluntário. Mas nem por isso ele estará menos presente na vida de cada um de nós. Para nosso bem e nossa ruína, segundo o autor, o auto-engano permeia grande parte das opções e julgamentos que fazemos: é o pano de fundo de nossas paixões amorosas, de nossas crenças religiosas e políticas, de nossos sucessos e fracassos profissionais. Para Giannetti, os problemas essenciais da existência não respeitam fronteiras acadêmicas e convenções catalográficas. Se o saber especializado avança, o mistério e a perplexidade se adensam. E afirma: a relação mais íntima, traiçoeira e definidora de um ser humano é a que ele trava consigo mesmo. Editora Companhia das Letras.

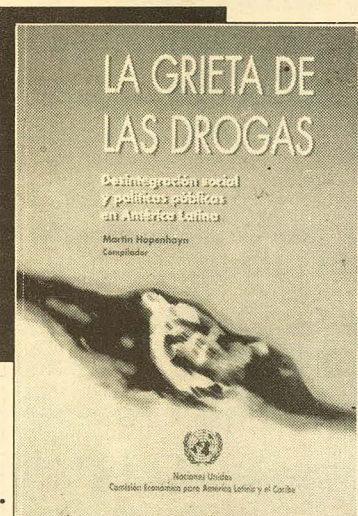


Las conferencias - formulación de prioridades para el siglo XXI, documento das Nações Unidas, um panorama geral das recomendações e das ações resultantes do ciclo de conferências promovido nesta década por esse organismo internacional. Realizados em Nova Iorque, Rio de Janeiro, Viena, Copenhague, Beijing, Cairo, etc., os encontros examinaram problemas maiores da atualidade, nos campos social, econômico, do meio ambiente e das alternativas ao desenvolvimento sustentável.

Estudos sociedade e agricultura, nº 9, publicação do CPDA da UFRRJ, semestral. Entre os temas tratados, Canudos, livre comércio, profissões e cultura e identidade. Resenhas e pesquisa completam a publicação, que pode ser adquirida no curso de pós-graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade através do telefone/fax (021) 224-8577. Mais informações: cpda@ax.ibase.org.br ou <http://www.ufrrj.br/cpda/esa/esa.htm>



La grieta de las drogas - desintegración social y políticas públicas en América Latina, organizado por Martín Hopenhayn. A Cepal abriu espaço para o debate em torno dos problemas políticos, econômicos e sociais relacionados à produção, ao tráfico e ao consumo de drogas ilegais na América Latina e no Caribe. A publicação reúne e reflete a diversidade de opiniões expostas em reunião realizada pela própria Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, com a participação de especialistas. O livro pode ser consultado ou comprado na biblioteca do Corecon-RJ.



LIVROS EM VENDA DIRETA

Lançamento

O Manifesto Comunista 150 anos depois
208 páginas
Daniel A. Reis (org)
Preço com desconto: R\$ 13,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

O pensamento chinês - 416 p.
Marcel Granet
Preço com desconto: R\$ 28,00

A sociedade do espetáculo
Guy Debord - 240 p.
Preço com desconto: R\$ 19,00

Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura - 304 p.
Kwame Anthony Appiah
Preço com desconto: R\$ 23,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.
Org. Perry Anderson e Patrick Camiller
Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.
Adorno, Jameson, Bourdieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.
Giovanni Arrighi
Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.
Ricardo Bielschowsky
Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)
Preço com desconto: R\$ 25,00

A parte e o todo - 288 p.
Werner Heisenberg
Preço com desconto: R\$ 20,00

A formação do espírito científico - 316 p.
Gaston Bachelard
Preço com desconto: R\$ 20,00

CONTRAPONTO

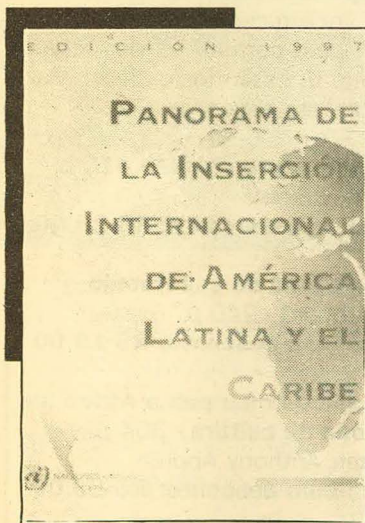
Tel. / fax (021) 275-0751
Caixa postal 56066
Rio de Janeiro, RJ
CEP 22292-970
e-mail:
contraponto@rio.nutecnet.com.br

ADVOGADO DE PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - CORECON-RJ, SINDECON e IERJ - oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. Em dias alternados, o Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas às segundas-feiras, das 10h às 13h, na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, tel. 265-2535) ou na do CORECON (Av. Rio Branco 109, 19º andar, tel. 224-0578). Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

PANORAMAS DA CEPAL SERÃO DIVULGADOS NO RIO

O "Balanço preliminar da economia da América Latina e do Caribe" e o "Panorama da inserção internacional da América Latina e do Caribe", publicações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, serão divulgadas pelo Corecon-RJ, Sindecon e IERJ no próximo dia 16 de abril, às 18:30h, no auditório do 20º andar do Clube de Engenharia (Av. Rio Branco, 124). As publicações serão apresentadas por Renato Baumann, diretor do escritório da Cepal no Brasil e Ricardo Bielschowsky, também da Comissão. O evento, que será coordenado por Adhemar dos S. Mineiro, presidente do Corecon-RJ, terá como debatedor o prof. Antônio Barros de Castro (a confirmar) e conta com o apoio do Cofecon e do Clube de Engenharia. Os primeiros 80 economistas inscritos receberão uma das publicações abaixo.



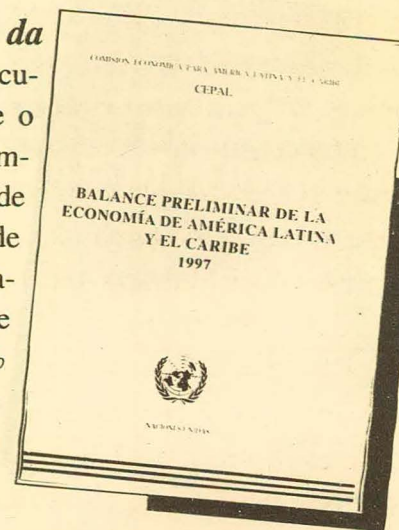
Panorama da inserção internacional da América Latina e do Caribe.

A edição tem por objetivo informar aos governos da região sobre as tendências da economia e do comércio internacionais que podem incidir em suas estratégias de desenvolvimento econômico, e contribuir para o intercâmbio de informações sobre os instrumentos de política comercial utilizados por países da América Latina e do Caribe no período compreendido entre janeiro de 1996 e julho/agosto de 1997. Correspondente a 1997, a publicação está dividida em

quatro partes: na primeira, dedicada à economia internacional, estão descritas as principais tendências conjunturais e são apresentadas algumas reflexões relativas às mudanças estruturais em curso; na segunda, sobre comércio e política comercial, é analisada a aplicação dos mecanismos para solução de divergências em relação à OMC que afetam as políticas comerciais; na terceira, destacam-se os pontos mais importantes do processo de integração regional nos dois últimos anos e são analisados alguns aspectos da harmonização no âmbito fiscal; finalmente, são examinadas questões que dizem respeito ao acesso aos mercados de bens e serviços no marco dos acordos da Rodada Uruguai.

Balanço preliminar da economia da América Latina e do Caribe.

O documento chama a atenção para o fato de o continente ter registrado "o melhor desempenho dos últimos 25 anos", com uma taxa de crescimento de 5,3% (contra uma média de 3,2% para o período 1991-96) e uma inflação inferior a 11%. O produto por habitante aumentou 3,6%, atingindo um valor 13% maior do que no começo da década. Embora o déficit em conta-corrente tenha tido um aumento de US\$ 35 bilhões em 1996 para US\$ 60 bilhões em 1997, o fluxo de capital estrangeiro neste ano, estimado pela Cepal em pelo menos US\$ 73 bilhões, "cobrirá com sobra a lacuna". O texto diz ainda ser provável que a região registre um crescimento menor em 1998, "talvez se aproximando da média dos anos 90", mas com inflação sob controle e sendo "pouco provável que a crise financeira asiática (...) desencadeie novas crises cambiais". Como dados preocupantes permanecem a questão do emprego (que também teve uma "ligeira melhora") e as demais dificuldades em reduzir com maior rapidez a pobreza.



CONVÊNIO

PUBLICAÇÕES DA CEPAL

O Corecon-RJ, em convênio com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, está vendendo publicações da Cepal em sua biblioteca, no horário das 13:00h às 17:00h, onde o catálogo das obras poderá ser consultado. O preço utilizado será calculado pelo dólar das Nações Unidas (US\$ 1,13 para o mês de março) e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *La política monetaria y el ajuste de la balanza de pagos: tres estudios*, Carlos Massad, V. García y A. Saieh, 1979, 2ª ed. 1984, 61p. – US\$ 6
- *Crisis económica y políticas de ajuste, estabilización y crecimiento*, 1986, 123p. – US\$ 8
- *Industrialization in Latin America: from the "black box" to the "empty box"*, 1990, 172p. – US\$ 8
- *The international common-carrier transportation industry and the competitiveness of the foreign trade of the countries of Latin America and the Caribbean*, 1989, 116p. – US\$ 8
- *Cambios estructurales en los puertos y la competitividad del comercio exterior de América Latina y el Caribe*, 1991, 141p. – US\$ 8
- *La reestructuración de empresas públicas: el caso de los puertos de América Latina y el Caribe*, 1992, 148p. – US\$ 8
- *Las finanzas públicas de América Latina en la década de 1980*, 1993, 100p. – US\$ 6
- *Productividad de los pobres rurales y urbanos*, 1995, 318p. – US\$ 12
- *El gasto social de América Latina: un examen cuantitativo y cualitativo*, 1995, 167p. – US\$ 8
- *Dinámica de la población y desarrollo económico*, 1997, 180p. – US\$ 8
- *La apertura económica y el desarrollo agrícola en América Latina y el Caribe*, 1997, 136p. – US\$ 8
- *A dinâmica do setor saúde no Brasil*, 1997, 220p. – US\$ 8
- *América Latina y el Caribe: series regionales y oficiales de cuentas nacionales, 1950-1994*, 1996, 130p. – US\$ 10
- *Chile: comercio exterior según grupos de la Clasificación Uniforme para el Comercio Internacional, y países de destino y procedencia, 1990-1995*, 1997, 480p. – US\$ 15

Mais de 5.000 usuários!

O Corecon-1ª Região-RJ, o Sindecon e o Ierj estão integrados à maior rede de informações do mundo desde dezembro de 1996. Os milhões de usuários que usam a Internet já podem navegar em **Economistas on line**.

Nossa *home page* traz informações ligadas à profissão do economista, diversas opções para pesquisa, *links* importantes e interessantes e os últimos acontecimentos ligados ao aperfeiçoamento profissional. Para conhecer o *website* basta acessar <http://www.economistas.com.br>.

Entendemos nossa página como uma possibilidade a mais para prestar serviços e fornecer informações úteis. A *home page* foi pensada e desenvolvida para você, associado, e para todas as empresas registradas no Corecon. Estamos, como diz o jargão da rede, "em construção", para adicionarmos sempre a sua sugestão ou avaliarmos a sua crítica.

A intenção é possibilitar, aos associados, acesso às atividades do Conselho Regional de Economia, do Instituto dos Economistas e do Sindicato dos Economistas. Em **Economistas on line** você encontrará o Banco de Empregos para a colocação ou recolocação do profissional no mercado de trabalho, análises econômicas, as três últimas edições integrais do *Jornal dos Economistas*. Além, é claro, do campo de Atendimento ao Economista, onde estão à disposição as resoluções mais importantes do Conselho Federal de Economia, a legislação básica, o novo Código de Ética, benefícios e muitas outras informações.

Os "botões" da *home page* levam você a campos específicos. Estamos esperando sugestões. Contribua. Acesse **Economistas on line**, tire suas dúvidas, solicite serviços, atualize seu endereço, informe-se.

Bem-vindo ao nosso site! Conheça as entidades que mantêm este espaço:

Corecon
1ª Região - RJ

Sindecon
Rio de Janeiro
filial à CUT

IERJ

Curso de Reciclagem Anpec

Matemática Financeira

1º Congresso Brasileiro de Economistas

PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA

DEPARTAMENTOS DE ECONOMIA NO EXTERIOR

NOVIDADES

Sinta-se à vontade para nos enviar suas sugestões:

coreconrj@ax.apc.org, sindecon@embratel.net.br, ierj@ax.apc.org

Você é nosso visitante **05449**

FAIXA LIVRE

FAIXA LIVRE é um programa independente, de análise econômica e política, que vai ao ar de segunda a sexta-feira na Rádio Guanabara-Bandeirantes (1360 KHZ), de 7:30 às 9 horas. Apresentado por Alvaro Queiroz e Ricardo Bueno, o programa conta com colunistas de projeção nacional e é apoiado pelas entidades representativas dos economistas no estado do Rio de Janeiro – Corecon-RJ, IERJ e Sindecon, além de diversas outras sindicais e profissionais. Se você quiser participar e emitir sua opinião, ligue para 220-1360. No **FAIXA LIVRE** a liberdade de imprensa não é um mero slogan, mas, sim, uma prática cotidiana.

Como aderir e navegar na Internet

Os associados do Corecon-RJ, Sindecon e IERJ podem aderir ao sistema AlterNex, do Ibase. O Conselho Regional de Economia firmou contrato com a empresa e está oferecendo condições favoráveis: 30 horas mensais por apenas R\$ 35,00, mais taxa de inscrição no valor de R\$ 30,00. Para tanto, basta solicitar e entregar na sede do Corecon-RJ (Av. Rio Branco 109, 19º andar, Secretaria de Assuntos Institucionais, tel. 224-0578) um formulário para efetuar o cadastro e aguardar o retorno do provedor que enviará as informações necessárias para o acesso. A fração de hora excedente custa R\$ 2,00. E por falar em Internet, mais de 5 mil pessoas já acessaram <http://www.economistas.com.br>, o *site* dos economistas. Clique, navegue e envie sugestões.

NO AR

DEBATE BRASIL

JÁ ESTÁ NO AR

Patrocinado patrocinado pelo Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ) e pela Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), DEBATE BRASIL é um programa de entrevistas exibido todos os sábados de 18 às 19 horas na Vinde TV (canal 15, da NET).

Já estiveram no programa, passando a limpo o Brasil, Evandro Lins e Silva, Carlos Lessa, Luiz Pinguelli Rosa, Ricardo Maranhão, Reinaldo Gonçalves, Márcio Fortes, José Drummond Saraiva e Maria José Cyhlar Monteiro.

Nos dois próximos sábados estarão garantidas as presenças de Theotônio dos Santos, João Paulo de Almeida Magalhães, Luiz Carlos Prado, Sulamis Dain, Salete Macalóis, Francisco de Oliveira, Marcos Dantas e Arolde de Oliveira.

DEBATE BRASIL é um programa que, acima de tudo, respeita o seu direito à informação crítica, independente.

Não perca. Prestigie esse espaço democrático.

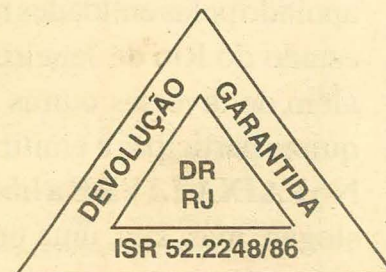
RIO 1999:

13º Congresso Brasileiro de Economistas
7º Congresso Latino-Americano de Economistas

Jornal dos Economistas_{RJ}

PORTE PAGO

DR/RJ
ISR 52.2246/86



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 17.03.98